

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

JAQUELINE APARECIDA DARONCH GLESSE

**O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO E SUCESSÃO
DA AGRICULTURA FAMILIAR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2022

JAQUELINE APARECIDA DARONCH GLESSE

**O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO E SUCESSÃO
DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Rural sustentável.

Linha de Pesquisa: Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista

Prof. Dr. Valdecir José Zonin

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Glesse, Jaqueline Aparecida Daronch.
O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO E SUCESSÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR / Jaqueline Aparecida Daronch Glesse;
orientador Valdecir José Zonin. -- Marechal Cândido Rondon,
2022.
76 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico - Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural Sustentável, 2022.

1. Mulher Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Gestão
Rural. 4. Sucessão Familiar. I. Zonin, Valdecir José,
orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias

Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

Mestrado e Doutorado

JAQUELINE APARECIDA DARONCH GLESSE

**“O PROTAGONISMO DA MULHER NA GESTÃO E SUCESSO DA
AGRICULTURA FAMILIAR”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme conforme Ordem de Serviço nº 005/2022 – GRE, artigo 7º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de MESTRA em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista, APROVADA pela seguinte banca examinadora:

Valdecir José Zonin – Orientador

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Wilson João Zonin - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Fábio Corbari - Membro

Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)

Welinton Camargo Ferreira – Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marechal Cândido Rondon, PR, 04 de março de 2022.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado motivação para a realização desse estudo que simboliza um grande sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS da UNIOESTE e todos os professores que auxiliaram na construção deste estudo, sem seus ensinamentos, este trabalho não seria possível. Aos colegas de Mestrado e Doutorado do PPGDRS por toda a parceria. À CAPES que sempre auxilia para que estudos possam ser concretizados.

Ao meu orientador, Professor Dr Valdecir José Zonin, pela orientação, paciência, serenidade, conhecimento e motivação na condução deste estudo. Gratidão pela ajuda prestada e pelos conselhos.

Ao meu pai Sr. Arnildo Daronch e a minha mãe Sra. Maria Cecilia Daronch pelos ensinamentos, cuidado, carinho, amor e apoio, amo vocês! Aqui também aos demais familiares e a minha sogra, Sra. Mariane Glesse, que sempre estiveram presentes.

Aos meus amigos Dani, Kely, Clari, Paulo, Simone, Cipriano, Pri, Rejala, Gra, Ivo, que sempre entenderam minhas ausências e me incentivaram na finalização desta etapa, ajudando sempre que solicitados.

À minha amiga, Daniela, pessoa que o PPGDRS proporcionou que eu conhecesse e que, por muitas vezes me ajudou, escutou e amenizou os surtos. Que sempre seja abençoada por Deus!

Ao meu esposo, Rodrigo Luiz Glesse, pessoa “culpada” por eu ter iniciado esta caminhada, você é meu principal motivador e incentivador, obrigada por toda sua dedicação, motivação, apoio em todas as áreas para a concretização deste sonho. Te Amo Imensamente!

À minha pequena, minha filhota Pietra Heloisa Glesse, que vivenciou e compartilhou todo este processo. Obrigada por sua compreensão e carinho. Mamãe ama mais que chocolate!

Às Mulheres, trabalhadoras rurais, mulheres rurais, que disponibilizaram seu tempo e conhecimento e as demais pessoas envolvidas nesse estudo, sem vocês este trabalho não poderia ser realizado. Meu eterno respeito e gratidão.

BIOGRAFIA

Filha de agricultores, incentivada pelos meus pais a sair da propriedade para estudar. Estudei Administração de Empresas, me especializei em Gestão de Pessoas e Estratégias Empresariais, hoje, sou Supervisora de Recursos Humanos, no escritório de Contabilidade C3, Instrutora de Gestão no Senac Marechal e Professora de Gestão de Pessoas e Administração de Produção na Faculdade Isepe Rondon. Construí uma carreira profissional, mas sempre me questioneei, por que nunca falamos ou planejamos a sucessão da propriedade rural de meus pais e por que não era falado sobre as decisões e a gestão das atividades realizadas. Em um determinado momento da vida, sem muito planejamento, voltei, com marido e filha, para a propriedade, buscando, em conjunto com meus pais, ampliar as atividades realizadas e desenhar a sucessão, porém, não obtivemos êxito. As questões ficaram mais fortes em meu coração e então, cruzou o meu caminho o Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável, o PPGDRS, onde percebi a oportunidade de responder meus questionamentos e a possibilidade de apontar alternativas, para que outras famílias rurais, possam ter um olhar diferente na gestão e planejamento da sucessão nas propriedades rurais.

RESUMO GERAL

GLESSE, Jaqueline Aparecida Daronch, Titulação, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, março – 2022. **O Protagonismo da Mulher na gestão e sucessão da agricultura familiar.** Orientador: Dr. Valdecir José Zonin.

Esta dissertação investigou o protagonismo da mulher na gestão e sua participação no processo de sucessão na agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon, oeste do estado do Paraná. O estudo teve por objetivo descrever o perfil das mulheres rurais e diagnosticar sua relação com a gestão da propriedade. Ainda, buscou diagnosticar a participação nos espaços sociais e o papel delas no processo sucessório. A metodologia caracterizou-se por estudo de caso, utilizando como procedimento técnico a pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados para 21 mulheres agricultoras. Os resultados da pesquisa possibilitaram traçar o perfil das mulheres, identificar que elas participam ativamente das atividades produtivas, em 90,5% das propriedades, as atividades produtivas são realizadas em conjunto e em 61,9% das respostas as mulheres participam da tomada de decisão. É possível afirmar que a mulher rural, tem papel significativo nas atividades da propriedade e na gestão, fato que foi evidenciado quando 57,1% das mulheres responderam estar preparadas para administrar a propriedade rural sozinha, caso necessário. Foi possível evidenciar a participação feminina em ações associativas, cooperativas e sindicais, onde 95,2% responderam ser associada a alguma cooperativa, 100% em alguma associação e 14,3% no sindicato rural. Com relação a cursos e capacitações, em 57,1% as mulheres responderam que participam das atividades propostas, com reflexos na obtenção de formação, e em paralelo, as insere na comunidade, dando-lhes ferramentas na busca da conquista de seu espaço social, tendo papel importante no anseio existencial e na busca por fazer parte. Em 47,6% das respostas a expressão do desejo das mulheres que os seus filhos deem sequência as atividades das unidades produtivas, porém, como ressalvas, pois buscam pela consolidação de unidades rentáveis e que, apresentem qualidade de vida e retorno financeiro aos envolvidos. Por força de suas características maternas, por mais perceptível o desejo, de que seus filhos permaneçam no meio rural, preocupam-se em deixar claro a liberdade de realizarem suas escolhas. É importante alertar que em 76,2% das respostas não existe definição ou indicação de sucessores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mulher Rural. Gestão. Sucessão. Espaços Sociais.

ABSTRACT GENERAL

GLESSE, Jaqueline Aparecida Daronch, Titulação, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, march – 2022. **The protagonism of women in the management and succession of family agriculture.** Mastermind: Dr. Valdecir José Zonin.

This dissertation investigated the role of women in management and their participation in the process of succession in family farming in the municipality of Marechal Cândido Rondon, west of the state of Paraná. The study aimed to describe the profile of rural women and diagnose their relationship with property management. It also sought to diagnose its participation in social spaces and its role in the succession process. The methodology was characterized by a case study, using field research as a technical procedure, with a qualitative and quantitative approach. Data were collected through questionnaires applied to 21 women farmers. The survey results made it possible to trace the profile of women, identify that they actively participate in productive activities, in 90.5% of the properties, productive activities are carried out together and in 61.9% of the responses women participate in decision-making. It is possible to say that rural women have a significant role in property activities and management, a fact that was evidenced when 57.1% of women responded that they were prepared to manage the rural property alone, if necessary. It was possible to evidence the female participation in associative, cooperative and union actions, where 95.2% answered to be associated with some cooperative, 100% in some association and 14.3% in the rural union. With regard to courses and training, in 57.1% of the women answered that they participate in the proposed activities, with reflexes in obtaining training, and in parallel, inserting them in the community, giving them tools in the search for the conquest of their social space, having an important role in the existential cleanliness and in the search to be part. In 47.6% of the responses, the expression of the women's desire for their children to continue the activities of the productive units, however, as caveats, as they seek to consolidate profitable units that present quality of life and financial return to those involved. Due to their maternal characteristics, no matter how perceptible the desire for their children to remain in rural areas, they are concerned with making clear the freedom to make their choices. It is important to note that in 76.2% of the responses there is no definition or indication of successors.

Keywords: Family Agriculture. Rural Woman. Management. Succession. Social Spaces

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica do Município de Marechal Cândido Rondon – Pr	13
Figura 2 – Mapa do Município de Marechal Cândido Rondon – Pr com as divisões dos três grupos de distritos por localização geográfica	14
Figura 3 – Nuvem de palavras formulada com as respostas dos cursos e capacitações realizados	49
Figura 4 – Nuvem de palavras formulada com as respostas das atividades de lazer que as mulheres realizam	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Justificativas das pesquisadas que responderam que estão preparadas para administrar sozinha a propriedade	33
Quadro 2 – Motivos pelos quais as mulheres pesquisadas não se sentem preparadas para administrar a propriedade sozinhas	33
Quadro 3 – Principais motivos para participar de cursos e capacitações	50
Quadro 4 – Principais motivos para não participar de cursos e capacitações	50
Quadro 5 – Demais atividades organizadas por cooperativas, associações ou sindicatos	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição das famílias pesquisadas	27
Gráfico 2 – Arranjo produtivo das propriedades pesquisadas, conforme escala de importância, as três principais atividades produtivas	29
Gráfico 3 – Administração dos recursos financeiros da propriedade	32
Gráfico 4 – Participação das mulheres em cooperativas locais	47
Gráfico 5 – Participação em grupos femininos	48
Gráfico 6 – A perspectiva de sucessores assumirem a propriedade	56
Gráfico 7 – Organização da família no planejamento do processo sucessório	57
Gráfico 8 – Percepção das mulheres sobre o melhor momento para a sucessão	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL.....	9
2	METODOLOGIA GERAL.....	11
2.1	MÉTODO DE PESQUISA	12
2.2	LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO	12
2.3	SUJEITOS DA PESQUISA E UNIVERSO AMOSTRAL.....	13
2.4	COLETA DOS DADOS.....	15
2.5	SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	15
3	ARTIGO 1 – O PERFIL SOCIAL DAS MULHERES RURAIS E CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR..	16
1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR	18
2.1	DEFINIÇÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
2.2	O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.3	GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....	21
3	MATERIAL E MÉTODOS	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
4.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ	24
4.2	DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES REALIZADAS PELAS MULHERES NAS UNIDADES PRODUTIVAS E A RELAÇÃO COM A GESTÃO DA PROPRIEDADE ..	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
4	ARTIGO 2 – A MULHER RURAL NOS ESPAÇOS SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DA SUCESSÃO FAMILIAR	39
1	INTRODUÇÃO.....	40
2	A PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NOS ESPAÇOS SOCIAIS E NO PROCESSO SUCESSÓRIO	41
2.1	DEFINIÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS.....	41
2.2	O PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR	43
3	MATERIAL E MÉTODOS	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
4.1	DESCRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NOS ESPAÇOS DE COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E DEMAIS ORGANIZAÇÕES.....	46
4.2	O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE SUCESSÃO RURAL FAMILIAR DOS FILHOS.....	52
5	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
5	CONCLUSÃO GERAL.....	63

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAL.....	64
APÊNDICE A – Questionário de pesquisa	66
ANEXO A – Leis, Decretos, Estatutos, Normas, etc.....	72

1 INTRODUÇÃO GERAL

A agricultura familiar tem relevante papel na economia nacional, a redução do número de pessoas e propriedades, entre outros assuntos congêneres ao tema vem se tornando evidentes, para Stropasolas (2006) nas discussões sobre agricultura familiar são incluídos o espaço, meio ambiente, desemprego, exclusão, modo de vida, entre outras temáticas do rural.

Preocupações relacionadas à questão do futuro das unidades produtivas e o processo sucessório, continuam despertando interesse crescente, conforme publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, os estabelecimentos rurais possuíam, aproximadamente 15,1 milhões de pessoas ocupadas (redução de 8,8% em relação ao censo de 2006), dessas sendo, 19% do sexo feminino (IBGE, [2021]). No cenário demonstrado nos últimos anos, busca-se caracterizar os reflexos das ações femininas no meio rural, conexo a isso, estudos sobre a tônica da mulher na gestão das unidades de produção e vida familiar, estão tornando-se mais intensos, buscando aflorar a percepção sobre ela na agricultura familiar, nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Concernente ao aspecto gestão da propriedade rural, o Censo 2017, indicou que em cerca de 18,7% dos estabelecimentos rurais, a mulher é responsável pela gestão (IBGE, [2021]), historicamente a mulher é apontada com o papel de subordinada na gestão da propriedade e as atividades desenvolvidas por ela no processo produtivo são desvalorizadas, seu trabalho é considerado como menos importante (SILIPRANDI, 2015).

Com o aumento da população mundial, cujos dados projetados, segundo publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization - FAO*), apontam a marca de mais de 9 bilhões de habitantes para o mundo em 2050, assim, uma grande preocupação está relacionada à produção de alimentos e à manutenção das propriedades da agricultura familiar, onde parte desta produção ocorre e, muitas famílias trabalham e vivem. Entende-se que, preservando as pequenas propriedades se oportuniza que as pessoas continuem no meio rural, onde, a agricultura familiar é importante para a economia local e para o desenvolvimento rural sustentável, visto que, muitas dessas propriedades buscam a produção com equilíbrio entre o cultivo e os meios, diversificação de atividades e manutenção da família no meio rural, evitando que as cidades fiquem superpopulosas.

Sensível a todo o processo histórico do êxodo rural, instaurado, principalmente na década de 50, onde a massa rural passou a inflar os centros urbanos, é evidenciada a questão da sucessão familiar, correlacionando o futuro das propriedades da agricultura familiar e suas famílias. Proferindo sobre o futuro das propriedades rurais iniciam-se discussões sobre o processo da sucessão dentro da agricultura familiar, quando abordado o tema, é necessário relacionar que a sucessão precisa ser discutida e planejada pelas famílias, ignorar o assunto causa reflexos nas comunidades em que as propriedades estão inseridas. Bazotti e Cintra (2012, p. 81) assinalam que acontecimentos como o “êxodo rural, a popularização dos meios de comunicação e a valorização e glamorização do meio urbano fizeram com que os jovens e, principalmente as jovens mulheres, fossem para o meio urbano”. No estudo de Kordiac (2016, p. 13) o autor expõe que a juventude apresenta “necessidade de alguém fazer algo para que sejam valorizados e não procurem alternativas fora, percebe-se que querem ter as mesmas condições que a juventude da cidade.” No estudo realizado por Matte et al. (2019, p. 29) aponta-se que a permanência do jovem no meio rural “envolve um conjunto de fatores, entre eles a escolha e a vontade em permanecer no meio rural e na atividade.” Os autores complementam enfocando que “escolher permanecer não é suficiente, a escolha deve estar acompanhada da oportunidade para realizar sua vontade, desenvolver a atividade almejada e, sobretudo, de autonomia sobre suas ações e decisões na propriedade.”

As famílias da agricultura familiar buscam orientação, formas de organização e alicerce, para isso, associações, sindicatos e cooperativas podem transformar-se em uma unidade de apoio na busca pela viabilidade econômica da propriedade rural, através das atividades que desenvolvem, incentivando o processo de gestão da propriedade, como uma empresa familiar, ao mesmo tempo, através da qualificação e capacitação das famílias, identificar e desenvolver os potenciais de cada integrante, preparando-os para a sucessão.

Congruente ao tema mulher rural, advêm inúmeras indagações como, qual a caracterização das mulheres do meio rural hoje, no município de Marechal Cândido Rondon?, quais as ações que as mulheres rurais desenvolvem?, qual a relação das mulheres rurais com a gestão da propriedade em que estão inseridas?, qual é a participação das mulheres rurais nos espaços de associativismo e cooperativismo?, qual é o papel da mulher rural no processo de sucessão rural e permanência dos filhos na propriedade rural?

Este estudo tem como objetivo analisar o papel da mulher na gestão de unidades de produção familiar e sua influência no processo da sucessão familiar, em Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. Quanto aos objetivos específicos:

- a) Descrever e caracterizar as mulheres da agricultura familiar de Marechal Cândido Rondon – PR;
- b) Diagnosticar as ações realizadas pelas mulheres nas propriedades rurais e a relação com a gestão da propriedade;
- c) Descrever sobre a participação da mulher rural nos espaços de cooperativismo, associativismo e outras organizações; e,
- d) Entender o papel da mulher no processo de sucessão familiar dos filhos.

Como hipóteses do estudo, destaca-se que as mulheres, de modo geral, estimulam seus filhos a permanecerem no meio rural, dessa forma, motivando a sucessão familiar. Destaca-se também, a hipótese de as mulheres serem protagonistas nas propriedades em que estão inseridas, participando do processo produtivo e da gestão e, participante de espaços sociais.

Este estudo, justifica-se em função de contribuir com informações para o planejamento de ações assertivas que ajudem na manutenção das pessoas no meio rural e seu reconhecimento, pretendendo desenvolver a região onde estão inseridas e seus entornos. Para o universo acadêmico, a justificativa é de contribuir estimulando novos estudos, que visam compreender as necessidades da mulher rural, possibilitando, assim, o planejamento e organização de práticas, eventos, cursos e demais atividades que possam auxiliá-las no desenvolvimento das funções rurais.

2 METODOLOGIA GERAL

O objeto do estudo é a compreensão do Protagonismo da Mulher na gestão de unidades de produção familiar e sua influência no processo da sucessão em propriedades rurais do município de Marechal Cândido Rondon Paraná. Para um melhor entendimento dos procedimentos metodológicos utilizados e dos seus objetivos, segue a conceitualização dos métodos que foram utilizados para sua elaboração.

2.1 MÉTODO DE PESQUISA

Sobre os aspectos metodológicos, o estudo é caracterizado como um estudo de caso, que para Yin (2001) é definido como estratégia de pesquisa baseada na coleta e análise de dados. Neste estudo, frente aos procedimentos técnicos adotados, optou-se pela pesquisa documental, bibliográfica, de campo e na constituição de estudo de caso local. Destaca-se que o estudo de caso não fica limitado a uma fonte de dados, o autor também menciona que as informações podem ter resultados quantitativos e qualitativos, depende da forma que serão levantados. Para o autor, essa modalidade de estudo de caso possibilita descrição de fenômenos, levantamento de hipóteses, contraposição de generalizações universais e apresentar a existência de eventos que precisam ser considerados (YIN, 2001).

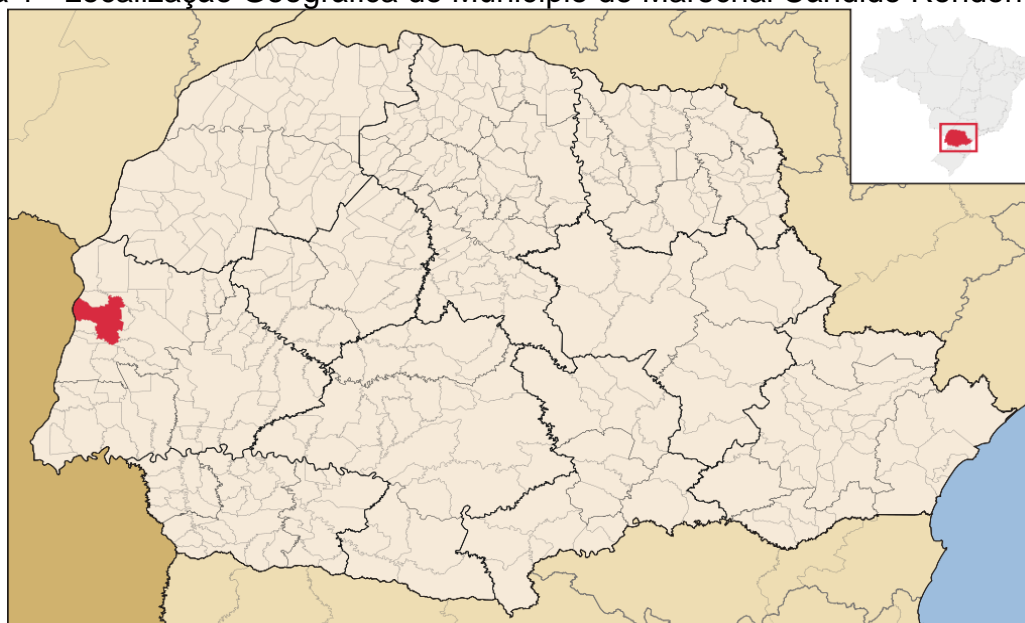
Estudos de casos podem ser explanatórios, exploratórios e descritivos, definidos, respectivamente, como: busca-se conhecer profundamente questões pouco conhecidas, objetiva-se a descrição da situação e apresentam-se possibilidades de explicar as causas (MAFFEZZOLLI; BOEHS, 2008). O método quantitativo possibilita que se definam as hipóteses e variáveis, visando buscar e obter os dados que apresentarão respostas concisas. No método qualitativo são obtidas respostas frente à observação e estudo de determinado fenômeno (GUILHOTO, 2002).

Sobre pesquisa bibliográfica Lakatos e Marconi (2015) esclarecem que esta compreende o referencial teórico já publicado relacionado ao tema estudado.

2.2 LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo foi desenvolvido com as mulheres da agricultura familiar, residentes em propriedades rurais, no município de Marechal Cândido Rondon Paraná. O município de Marechal Cândido Rondon, está localizado no oeste do estado do Paraná, ficando a 584,52 km de distância da capital do estado, conforme Figura 1.

Figura 1 - Localização Geográfica do Município de Marechal Cândido Rondon



Fonte: Wikipedia (2006).

Segundo o IPARDES (2021), o município foi instalado em 02 de dezembro de 1961 e comemora seu aniversário de emancipação em 25 de julho, possui 747,417 km² de área territorial, apresenta um total de 1934 estabelecimentos agropecuários e uma área total de 52.744 hectares, sua população está estimada em 53.495 habitantes, sendo que destes 7.672 vivem na área rural e 3.691 são do sexo feminino. O município está dividido em oito distritos, sendo: Marechal Cândido Rondon (Sede), Bom Jardim, Iguaporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque.

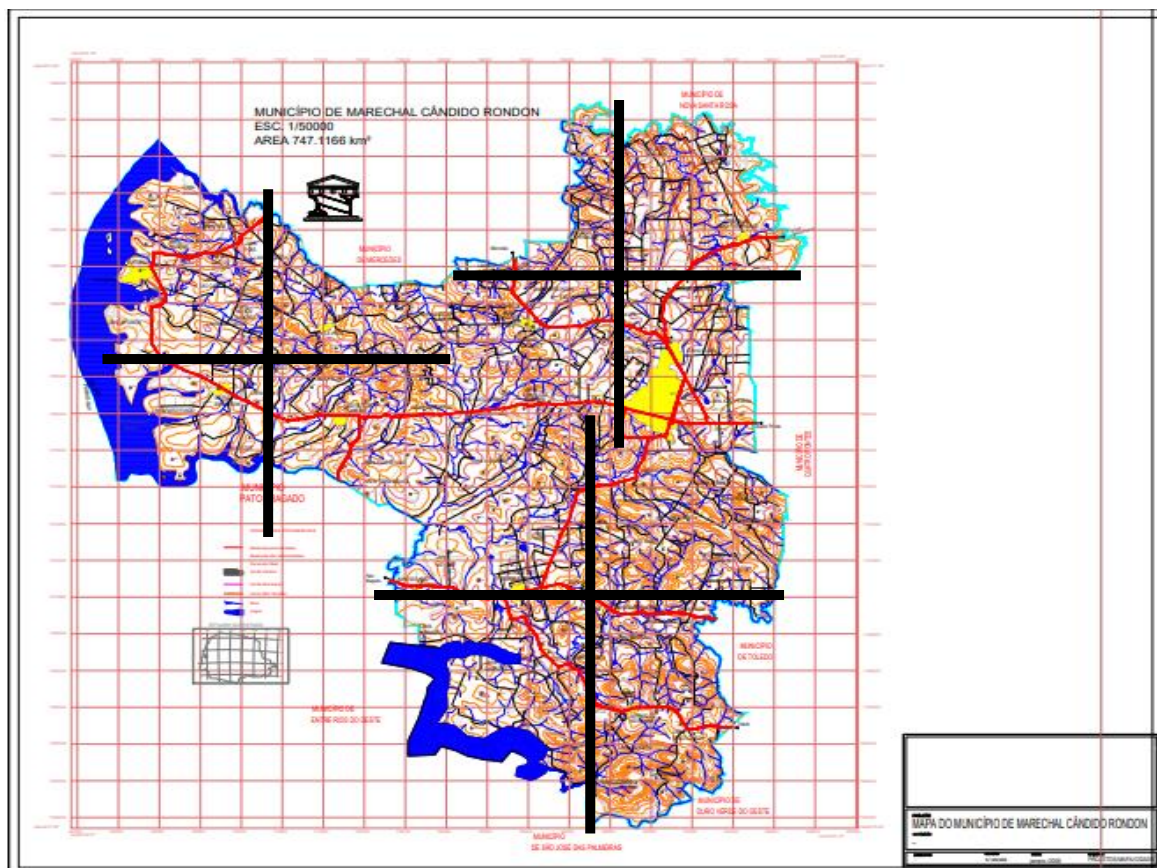
2.3 SUJEITOS DA PESQUISA E UNIVERSO AMOSTRAL

Para a pesquisa, os distritos foram divididos em três grupos, levando em consideração a localização geográfica, sendo: um grupo formado por Sede, Novo Horizonte e Novo Três Passos; outro grupo Iguaporã, Bom Jardim e Porto Mendes e o último grupo Margarida e São Roque.

Quando se busca coletar informações de grupos maiores, existe a necessidade de investigar uma parte desta população, apontam Marconi e Lakatos (2015), para definir a população pesquisada neste estudo, realizou-se a divisão dos distritos em três grupos, em seguida, dentro de cada grupo de distritos, realizou-se o desenho de um sinal de mais (+) no mapa, as propriedades rurais foram selecionadas: quatro, uma

em cada quadrante que foi formado pelo desenho; uma, próxima da junção das linhas desenhadas; e duas, escolhidas aleatoriamente, conforme Figura 2.

Figura 2 – Mapa do Município de Marechal Cândido Rondon com as divisões dos 3 grupos de distritos por localização geográfica



Fonte: Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (2008).

Posterior a esta divisão, a pesquisadora, entrou em contato com presidentes de associações de moradores das Linhas ou Comunidades que compõem cada Distrito, para identificar qual família mora na posição selecionada, se possui vínculo com a agricultura familiar e se existem mulheres nesta propriedade, sendo assim, considera-se uma amostra por conveniência, sendo esta uma amostragem não probabilística. A amostra por conveniência “é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo (MATTAR, 1996, p. 132)”. Dessa forma, para este estudo, foi utilizada uma amostra de sete mulheres rurais por grupo de distritos e três grupos de distritos, totalizando 21 mulheres participantes da pesquisa.

2.4 COLETA DOS DADOS

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário, apresentado no Apêndice A. Buscou-se o contato telefônico das selecionadas, visando agendar uma visita para coletar as respostas do questionário, pela situação de risco de saúde, que se encontrava no atual momento, em 2021, em função do Covid-19, muitas delas solicitaram responder as perguntas através da ferramenta *WhatsApp*®, partindo desta necessidade, o questionário foi introduzido na ferramenta *Google Forms*®. Para as entrevistadas que solicitaram responder a o questionário pelo formulário eletrônico, primeiramente foi realizada uma ligação telefônica por meio da qual a pesquisadora explicou a ferramenta e alguns aspectos sobre a pesquisa, dezoito participantes responderam ao questionário eletronicamente, sendo seis mulheres de cada grupo de distritos. Para as outras três entrevistadas (sendo uma de cada grupo de distritos) foi agendada uma visita e a pesquisadora realizou o preenchimento do questionário de forma presencial. A coleta de dados foi realizada no período de 04 a 17 de abril de 2021, observando-se os protocolos de segurança locais, mediante o uso de máscara de proteção facial e álcool gel, tanto da entrevistadora, quanto das entrevistadas.

2.5 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Para a realização da análise dos dados coletados foram elaboradas tabelas, quadros e gráficos, a tabulação destes dados foi realizada por meio da ferramenta de *software Microsoft Excel*®, também foram utilizadas as figuras em formato de *wordcloud* ou nuvem de palavras.

O estudo foi dividido em dois artigos, no primeiro busca-se caracterizar a mulher da agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon Paraná e as ações e papéis que estas protagonizam na sua propriedade rural. O segundo artigo analisa de que forma as mulheres influenciam no processo da sucessão familiar e sua participação nos espaços sociais diversos.

3 ARTIGO 1 – O PERFIL SOCIAL DAS MULHERES RURAIS E CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

THE SOCIAL PROFILE OF RURAL WOMEN AND CHARACTERISTICS OF THE MANAGEMENT OF FAMILY PRODUCTION UNITS

Resumo: Este estudo caracterizou as mulheres da agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do estado do Paraná. A pesquisa descreveu e caracterizou as mulheres rurais que estão inseridas em unidades de produção familiar e diagnosticou seu protagonismo nas propriedades rurais e sua relação com a gestão. A metodologia caracterizou-se por estudo de caso, utilizando como procedimento técnico a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Aplicou-se um questionário para uma amostra de 21 mulheres do meio rural. Os resultados obtidos com a pesquisa demonstraram que a estrutura familiar é distinta em cada unidade produtiva da agricultura familiar. Em 90,5%, as mulheres participam de todo o processo produtivo da propriedade rural na qual estão inseridas e apresentou que em 61,9% das respostas, elas participam da gestão da unidade produtiva familiar e do processo de tomada de decisão. Por ser participante do processo de produção, 57,1% das pesquisadas se consideram capazes (caso necessário) de administrar sozinha a propriedade rural. Logo, concluiu-se que a mulher rural tem papel relevante na gestão de sua propriedade rural e na sua continuidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mulher Rural. Gestão.

Abstract: This study characterized the women of family agriculture in the municipality of Marechal Cândido Rondon, in the west of the state of Paraná. The research described and characterized rural women who are part of family production units and diagnosed their role in rural properties and their relationship with management. The methodology was characterized by a case study, using field research as a technical procedure, with a qualitative and quantitative approach. A questionnaire was applied to a sample of 21 rural women. The results obtained with the research showed that the family structure is different in each productive unit of family agriculture. In 90.5%, women participate in the entire production process of the rural property to which they are inserted and, in 61.9% of the responses, they participate in the management of the family production unit and in the decision-making process. As they participate in the production process, 57.1% of those surveyed consider themselves capable (if necessary) of managing the rural property alone. Therefore, it was concluded that rural women have a relevant role in the management of their rural property and in its continuity.

Keyword: Family farming. Rural Woman. Management.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a temática do papel da mulher na gestão das unidades de produção e vida familiar, estão se tornando mais intensos, sendo que os olhares

recaem sobre o protagonismo que elas exercem na agricultura familiar, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Reflexões sobre a agricultura familiar e as contribuições das mulheres na produção são apontadas em estudo de Paulilo (2016) e Butto et al. (2014).

Com a intensa diminuição do número das propriedades da agricultura familiar, outros assuntos correlacionados, também vem se tornando evidentes, neste âmbito, subentende-se que o desenvolvimento da agricultura familiar está relacionado ao futuro das propriedades rurais e de muitas famílias, da produção de alimentos, mas também com o respeito com o meio ambiente.

Com relação ao processo de continuidade das atividades da propriedade, quanto à mulher na questão de garantia à terra, mesmo possuindo o direito assegurado pela igualdade de gênero, isso não expressa que será assim, Paulilo (2004, p. 234) aponta que “podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram a terra. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento.”

Corroborando com o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, estudos apontam a figura da mulher rural como fundamental nesse processo. Contudo, a mulher rural tem dificuldades de ser reconhecida como trabalhadora rural, sendo considerada, em muitas ocasiões, apenas como a esposa do trabalhador rural, ou seja, como coadjuvante no processo produtivo (BRUMER, 2004).

Em relação à mulher no meio rural, seu trabalho na propriedade rural no decurso histórico, é considerado uma ajuda, sendo ela responsável pelas atividades domésticas e pela reprodução e, não sujeito participante nas decisões da propriedade, Araújo e Scalon (2005) apontam que as relações de gênero assinaladas por uma hierarquia entre os personagens, em que homens assumem posição dominante e detêm a responsabilidade pela produção e, as mulheres com a reprodução e tarefas domésticas, sendo estas atribuições menos valorizadas. As mulheres rurais buscam garantir, no espaço dos anos, além de vários direitos, a valorização das atividades realizadas por elas, oportunizando sua participação em movimentos sociais ou organizações, tornando assim, a mulher cada vez mais um sujeito social.

Visando entender se na agricultura familiar a representação da mulher rural é de partícipe do processo decisório e de gestão, o objetivo deste artigo é descrever e caracterizar as mulheres da agricultura familiar do meio rural de Marechal Cândido

Rondon – Pr, diagnosticar as ações que realizam nas unidades produtivas que estão inseridas e sua relação com a gestão da propriedade.

2 A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 DEFINIÇÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

Iniciar uma abordagem sobre a agricultura abre um leque para inúmeras concepções, discussões e enfoques, mesmo direcionando a terminologia para agricultura familiar as concepções continuam múltiplas. Normatizou-se a definição de agricultura familiar com a Lei nº 11.326/2006, no artigo 3º o qual caracteriza o agricultor familiar como aquele que realize sua prática no meio rural, cumprindo alguns requisitos, simultaneamente:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento (na forma definida pelo Poder Executivo, conforme Lei nº 12.512/ 2011);
 - IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006, n. p.).

Analisa-se a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país, todavia, mostra-se necessário uma discussão teórica sobre a questão, pois apresenta-se que na agricultura familiar deve-se olhar “justamente o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho” (ABRAMOVAY, 2007, p. 29). O autor também relaciona que a agricultura familiar “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”, o importante é que estão presentes em toda a produção – gestão, propriedade e trabalho familiar (ABRAMOVAY, 1998, p. 146). Corroborando, Neves (2012, p. 35) aponta que a agricultura familiar “corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Schneider e Niederle (2008, p. 36), aferem que a agricultura familiar “abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras”.

2.2 O PAPEL DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao longo da história, o trabalho realizado pela mulher na propriedade, é considerado uma ajuda, Araújo e Scalon (2005) apontam que as relações de gênero assinaladas por uma hierarquia entre os personagens, onde homens assumem posição dominante e detêm a responsabilidade pela produção e, as mulheres com a reprodução e tarefas domésticas, sendo estas atribuições menos valorizadas, é uma divisão com atribuições assimétricas.

A divisão do trabalho por sexo na agricultura familiar permite salientar que as mulheres ocupam uma colocação subordinada, mesmo que trabalhem tanto quanto os homens ou exerçam as mesmas atividades, afirma Brumer (2004). A autora ainda salienta que um dos aspectos que ajudam a explicar a divisão do trabalho rural entre homens e mulheres, é a sociedade paternalista que atribui ao homem o provimento da família.

Pertinente ao trabalho do homem, Brumer e Freire assinalam que, cabe os “serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator.” As autoras também apontam que, na divisão do trabalho, as responsabilidades das mulheres estão relacionadas às atividades apontadas como rotineiras, de caráter mais leve, da casa ou atividades agrícolas, em geral, “as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim” (BRUMER; FREIRE, 1984, p. 318).

A ausência de reivindicação de maior equidade nas atividades domésticas, ter acesso ao processo de produção, igualdade no momento da herança, na divisão das atividades e no processo decisório e, possibilitar maiores benefícios do Estado, podem demonstrar que as mulheres não objetivam melhorar sua situação, o que acontece é que evitam confronto com seus companheiros e família (BRUMER, 2004). A autora ainda aponta que as mulheres se sentem discriminadas, pois trabalham tanto quanto

os homens, ajudam a manter a propriedade e aumentar o patrimônio familiar e assinala que

Em parte, a ausência de confronto nas relações de gênero resulta das dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres no caso de separação ou divórcio, em primeiro lugar, porque, não tendo renda própria, sua liberdade é bastante limitada; em segundo lugar, porque envolveria a divisão de um patrimônio familiar que é, ao mesmo tempo, um meio de produção e de reprodução; em terceiro lugar, porque uma mulher separada ou divorciada, assim como uma mulher solteira, dificilmente teria condições (por razões materiais e culturais) de, sozinha, administrar um estabelecimento rural, a não ser que tivesse filhos jovens ou adultos residindo com ela (BRUMER, 2004, p. 224).

As mulheres dispõem de menos perspectivas para permanecer na propriedade rural, pois, mesmo trabalhando no campo, tinham sua profissão considerada como do lar, não possuíam direito à aposentadoria e não consideradas produtoras rurais. Nesse contexto, Paulilo (2009, p. 179) assinala que “considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas.” Uma das mais significativas conquistas das mulheres agricultoras e movimentos ligados ao campo, foi que as esposas envolvidas na produção das unidades familiares sejam consideradas “produtoras rurais” e não “do lar”. Para a mulher que trabalha na propriedade rural o acesso à aposentadoria, possibilitou obter algum de tipo de poder econômico, conforme Paulilo (2009, p. 179) “em uma sociedade que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria poderia torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla.”

As conquistas que as mulheres adquiriram durante os anos, possibilitaram sua participação nos espaços produtivos e a ser reconhecidas como integrante do processo, segundo Sen (2000, p. 84) as mulheres passaram a se perceber “conhecedoras e manipuladoras do processo de produção agrícola em suas propriedades rurais familiares reconhecendo-se como sujeitos que estão nas relações tanto subjetivas quanto de trabalho ocorridas no meio rural”, em estágio de igualdade.

2.3 GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

A gestão da propriedade rural auxilia no entendimento do que é necessário ser considerado para dar sequência nas atividades produtivas, Holz (1994) assinala que a administração rural é um fator de produção que pode auxiliar o produtor a entender suas decisões e apresentar as informações que são importantes para que a assistência técnica aponte possibilidades. Gerir uma propriedade rural com informações ajuda a orientar as escolhas, Spies ressalta sobre o assunto que

Melhorar a gestão das propriedades também é fundamental para acertar mais e errar menos nas decisões que devem ser tomadas pelo produtor. Quem não controla seu negócio não consegue administrar, e quem não planeja também não gerencia, não tem futuro, tem apenas destino (SPIES, 2010, p. 16).

Inseridos na administração estão os conceitos de planejar, organizar, dirigir e controlar, que são necessários durante o processo produtivo e envolvem o processo a tomada de decisão. Araújo (2014), aponta que administração rural é o conjunto de atividades que facilitam a tomada de decisões, com o objetivo de obter melhor resultado econômico e mantendo a produtividade da terra.

Busca-se o equilíbrio da agricultura e o desenvolvimento rural sustentável, ao longo do tempo desenvolvimento foi sinônimo de progresso e este progresso associado ao crescimento econômico, sobre isso, Celso Furtado (1968, p. 72) enfatiza que “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a”. O desenvolvimento passa a ser considerado além da vinculação ao econômico, configurando-se de maneira mais abrangente, corroborando com o assunto, Chiavenato (2003, p. 71) afirma que o ambiente é a representação do todo, e que “é do ambiente que os produtores obtêm os recursos e informações necessárias para a subsistência e funcionamento, e é no ambiente que colocam os resultados de suas operações.” Ainda sobre o tema, Sachs (2008, p. 25) afirma

O desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples. A sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio. Ao longo dos anos o conceito tem incorporado experiências positivas e negativas que o fizeram evoluir, refletindo todas as mudanças que vem acontecendo na sociedade, na política e nas “modas” intelectuais.

Aliado a isso, Amartya Sen (2000, p. 28) ressalta que o entendimento apropriado de desenvolvimento “deve ir muito além da acumulação de riqueza e do

crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.” Frente ao desenvolvimento sustentável Sachs (2008, p. 36) afirma que “obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica.”

Sob diferentes aspectos o desenvolvimento apresenta-se como um desafio à sociedade, visto que é uma complexa tarefa apresentar um padrão que seja equilibrado para todos, para Sen (2000, p. 10) “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Para Boff (2015, p. 128), “uma sociedade só pode ser considerada sustentável se ela mesma, por seu trabalho e produção, tornar-se mais e mais autônoma. Se tiver superado níveis agudos de pobreza ou tiver condições de crescentemente diminuí-la.” O desenvolvimento rural sustentável é considerado “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente” e, a agricultura familiar é apontada como necessária para manter as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais (VEIGA, 1998, p. 11). Na condição de agente desse processo está a mulher que é um dos principais atores na mudança econômica e social (SEN, 2010). Nessa perspectiva, a ONU - Organização das Nações Unidas, nos seus ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, trabalha dentre seus objetivos, o desenvolvimento sustentável e a mulher (ONU MULHERES, 2020).

Corroborando, Guilhoto et al. (2007) afirma que a agricultura familiar é lembrada pela importância na produção de alimentos e absorção de empregos, focaliza não somente questões econômicas como também as sociais, pois contribui para redução da migração e contribui para a geração de renda. Sachs (2001, p. 78) apresentou a agricultura familiar como ator indispensável para o desenvolvimento rural sustentável, assinalou que os agricultores familiares são “protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade”, assinala também que é a melhor maneira de ocupação territorial, e que responde a questões sociais, pautadas na geração de emprego, renda e as questões ambientais.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O Estudo foi caracterizado como um estudo de caso, que para Yin (2001) é definido como estratégia de pesquisa que é baseada na coleta e análise de dados, neste estudo, os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa documental, bibliográfica, de campo e estudo de caso local. Este estudo foi desenvolvido com as mulheres da agricultura familiar, residentes em propriedades rurais no município de Marechal Cândido Rondon Paraná. Segundo o IPARDES (2021), o município possui 747,417 km² de área territorial, apresenta um total de 1934 estabelecimentos agropecuários e uma área total de 52.744 hectares, sua população está estimada em 53.495 habitantes, sendo que destes 7.672 vivem na área rural e 3.691 são do sexo feminino, está dividido em oito distritos, sendo: Marechal Cândido Rondon (Sede), Bom Jardim, Iguaporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque.

Para definir a população pesquisada neste estudo, realizou-se a divisão dos distritos em três grupos, seguindo, dentro de cada grupo de distritos, produziu-se o desenho de um sinal de mais (+) no mapa, foram selecionadas 21 propriedades rurais: quatro, uma em cada quadrante que foi formado pelo desenho; uma, próxima da junção das linhas desenhadas; e duas, escolhidas aleatoriamente. Após a divisão, a pesquisadora, entrou em contato com presidentes de associações de moradores das Linhas ou Comunidades que compõem cada Distrito, visando identificar as famílias selecionadas, sendo assim, considera-se uma amostra por conveniência, não sendo uma amostragem probabilística.

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário, o qual foi inserido na ferramenta *Google Forms*®, na sequência 18 entrevistadas, sendo seis de cada grupo de distritos responderam a entrevista através desta ferramenta, para as outras três entrevistadas, sendo uma de cada grupo de distritos, foi agendada uma visita e realizada a entrevista de forma presencial. Para a realização da análise dos dados coletados foram elaboradas tabelas, quadros e gráficos e a tabulação destes foi realizada por meio da ferramenta de *software Microsoft Excel*®.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

Um primeiro ponto observado, no que diz respeito ao perfil das mulheres da agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon Paraná é a faixa etária, pois na apuração da idade, 47,6% está entre 31 a 40 anos, 23,8% entre 41 a 50 anos e 28,6% entre 51 a 59 anos de idade. Quando questionadas sobre seu estado civil 95,2% responderam que são casadas e 4,8% solteiras. No aspecto filhos, todas responderam ter, pelo menos, um filho/filha. Neste âmbito, foi questionado com relação ao número de filhos das pesquisadas, 9,5% tem três filhos, 76,2% tem dois filhos e 14,3% delas tem um filho. Frente as gerações anteriores das pesquisadas, elas apontaram que a média de filhos por família vêm diminuindo, corroborando com o tema, Sakamoto e Maia (2013) apontam que a redução da taxa de fecundidade é determinante para a redução de membros nos domicílios rurais. As pesquisadas, assinalaram ainda, que seus pais e avós comentavam que as famílias tinham muitos integrantes e, que um dos fatores para isso, poderia ser a necessidade de mão de obra, em virtude de que os processos rurais eram todos manuais.

Uma outra característica das entrevistadas é que todas trabalham na propriedade rural, ou seja, são participantes ativas no processo produtivo. Seguindo ainda na questão produtiva das mulheres pesquisadas, outro aspecto é que 9,5% são aposentadas e continuam trabalhando na propriedade. Paulilo (2009) já apontava que uma das principais conquistas dos movimentos sociais foi o acesso da mulher rural a aposentadoria, pois passou a ser considerada Produtora Rural, aponta também que, é uma forma de tornar a mulher rural independente. A aposentadoria para a mulher rural é concedida a partir de 55 anos de idade, receber o benefício não está relacionado ao término de sua atividade produtiva, a partir das respostas das entrevistadas, é possível apresentar, que o valor recebido de aposentadoria, dependendo da situação financeira da propriedade, pode ser utilizado para complementar a renda, para a aquisição de móveis ou objetos não possíveis anteriormente ou atividades que a mulher decidirá fazer. Também, estar aposentada é motivo de orgulho, pois culturalmente, significa que o trabalho realizado durante a vida foi reconhecido de maneira formal.

Quando abordadas sobre a residência no meio rural, todas as entrevistadas apontam que residem na propriedade rural, porém, destas, em um caso apenas, ocorreu a situação em que a mulher migrou para a cidade e, há mais de 10 anos, retornou à propriedade rural, sendo que a razão principal para o retorno foi a busca de maior tranquilidade e uma vida mais saudável. Lamarche (1993) ressalta que os agricultores familiares possuem tradições e costumes pautados na família, na maneira de produzir e na valorização do modo de vida. No momento da realização da pesquisa, a partir do diálogo realizado com as entrevistadas, ficou evidente a constatação de que, “morar no campo” pode ser considerada uma ótima oportunidade, pois consideram muito relevante desfrutar de aspectos como a tranquilidade (mesmo que não em todos os momentos), o contato com a natureza e qualidade e o modo de vida.

Na sequência, quando questionadas sobre a escolaridade, 9,5% das pesquisadas possuem o ensino fundamental I, de 1º ao 5º ano, 19,1% o ensino fundamental II, de 6º ao 9º ano, 52,4% delas declararam ter o ensino médio, 9,5% ensino superior incompleto e também 9,5% formação superior. Pela necessidade de disponibilidade de mão de obra na propriedade, conforme a atividade produtiva desenvolvida no meio rural, não existia o incentivo das famílias ao estudo, isso aplicado, principalmente, ao homem, contudo, como a mulher, em especial as jovens, ficavam responsáveis pelas atividades e animais domésticos, assim, frequentando mais a escola. Os autores Camarano e Abramovay (1998), afirmam que um dos motivos da migração feminina está relacionada à formação educacional, que era o caminho mais curto, para a independência financeira. Também apontam que, quando a mulher seguia para o ensino superior, necessitava morar na casa de parentes ou amigos da família que residiam na cidade, nessa situação, começava a trabalhar, ter seu próprio dinheiro e não retornava mais para a propriedade, pois seu esforço de trabalho era remunerado, o que nem sempre acontecia no trabalho realizado na propriedade. As entrevistadas apontam que a escolarização básica, até o ensino médio, é possível, sem a necessidade de a mulher sair da casa dos pais, pelo fato de ter escolas nos distritos e/ou transporte escolar. A internet chegando ao meio rural, o estudo remoto, as estradas rurais e a distância da propriedade da cidade, podem facilitar o acesso das mulheres a buscar uma formação ou continuar os estudos. As mulheres que declararam ensino superior incompleto, estão finalizando a faculdade, utilizam-se da opção de ensino a distância, estudando Gestão de Cooperativas e Gestão Ambiental. Das duas participantes que declaram estar formadas no ensino

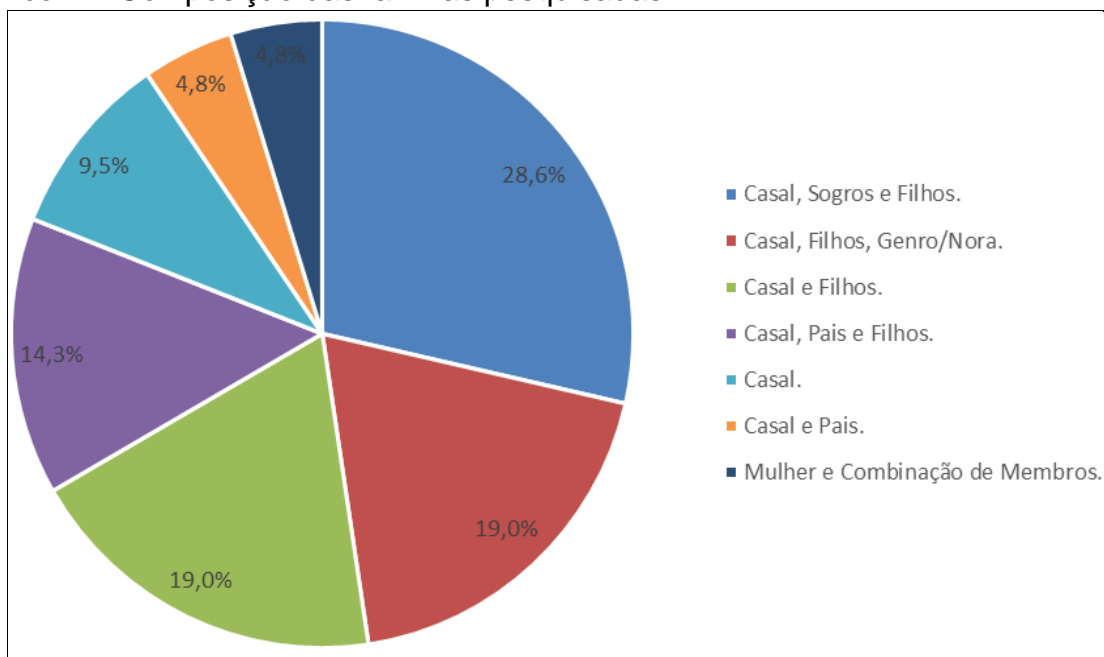
superior, uma optou pelo ensino presencial de Administração com ênfase em Gestão Ambiental (e durante a faculdade manteve-se na propriedade rural, utilizando o transporte escolar para se deslocar) e a outra participante formou-se em Gestão de Agronegócio na modalidade a distância.

Outras situações pesquisadas estão relacionadas às características das unidades produtivas das participantes, num primeiro momento, elas foram questionadas sobre o tamanho da propriedade, onde, 28,6% das pesquisadas afirmaram que sua propriedade está entre 01 a 05 hectares, 47,6% entre 11 a 18 hectares, 19% responderam que estão entre 19 a 30 hectares e 4,8% entre 31 a 40 hectares. Para Neves (2012, p. 35) a agricultura familiar “corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”. O artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), categoriza o agricultor familiar como aquele que realize sua prática no meio rural, cumprindo como requisitos que sua área seja de até quatro módulos fiscais, que predominantemente seja mão de obra da própria família, tenha percentual mínimo de renda das atividades econômicas do estabelecimento e a família dirija a propriedade rural. Para o município de Marechal Cândido Rondon Paraná, um módulo fiscal, é igual a dezoito hectares e quatro módulos fiscais correspondem a setenta e dois hectares, conforme o sistema nacional de cadastro rural (INCRA, 2020). Sendo assim, as propriedades se enquadram em até quatro módulos fiscais e conforme apontado por elas possuem a declaração de aptidão ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (ADAP) ativa e mão de obra familiar.

Ainda, no contexto das características, as pesquisadas também retratam sobre as condições de acesso da propriedade, para o escoamento da produção e o deslocamento dos moradores, onde, 42,9% tem como acesso estrada de chão ou cascalho, 33,3% cobertura de solo brita, 19% de pedra irregular e 4,8% de asfalto.

Na sequência, quando questionadas sobre “Quem mora na propriedade?”, constatou-se os resultados apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Composição das famílias pesquisadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os autores Lima, Basso e Neumann (2005) afirmam que a agricultura familiar está pautada na forma como os integrantes da propriedade se organizam, na maneira como trabalham e nas atividades envolvendo toda a família. Na região pesquisada, ocorre a construção de mais residências na mesma propriedade, possibilitando que os integrantes da família tenham a sua casa, muitas vezes no mesmo “pátio”. Em outros casos, todos residem na mesma casa e, quem herdará a propriedade onde está a residência, é “responsável” por cuidar os idosos.

Outro aspecto analisado é a titularidade da propriedade, quanto a este assunto, as pesquisadas afirmam que em 42,9% a propriedade está apenas em nome do marido, 19% que está em nome do casal, 14,3% em nome dos pais da pesquisada, 9,5% que está em nome dos sogros, o mesmo percentual tem alternativa usufruto e 4,8% em combinações de titulares. Em nenhuma das respostas apresentadas a titularidade é somente da mulher, o acesso das mulheres a terra é menor que aos homens, na sucessão familiar ou partilha de herança, observando-se que não existia igualdade entre filhos e filhas. Culturalmente, a filha, quando da realização do seu casamento, programava a sua saída da propriedade, sendo comum os pais repassarem sua herança, para iniciar sua família, no entanto, não era dado o direito à posse da terra, as mulheres herdavam animais ou algum tipo de máquina ou equipamento, como máquina de costura ou bordar (BRUMER, 2004). Quando a união matrimonial da mulher acontecia com algum agricultor e ela permaneceria no meio

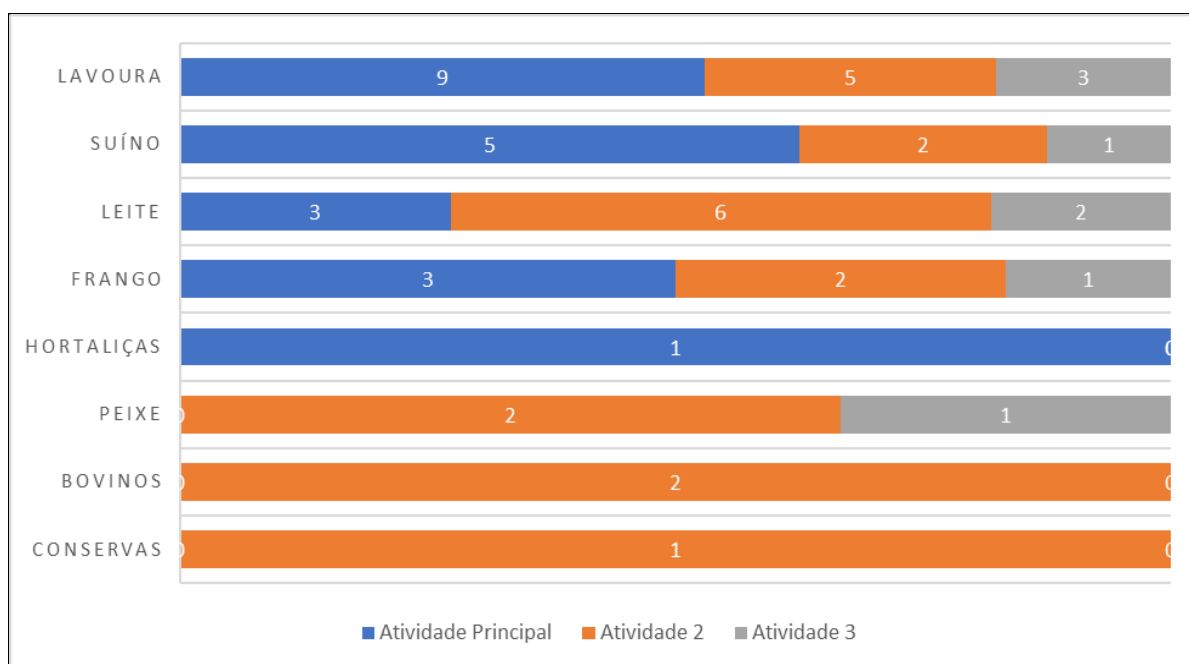
rural, em algumas situações, ela era incluída na partilha das terras, mas, com quantidade menor que os filhos homens.

Quanto à titularidade, elas também foram questionadas sobre como adquiriram a propriedade atual, e 38,1% informaram que foi de herança, 33,3% a alternativa de compra e 28,6% afirmam que parte foi herança e parte compra. Versando sobre a mulher no assunto de garantia à terra, mesmo que possui o direito, isso não demonstra que será assim, Paulilo (2004) afirma que, principalmente, o filho homem herda a propriedade, a mulher acaba tendo o acesso, a este bem, pelo casamento. Lima (2015) apontou em seu estudo, realizado no estado de Minas Gerais, que das famílias pesquisadas cuja propriedade da terra era do casal, está relacionada à herança e, tiveram origem dos pais do marido. Conforme os resultados da pesquisa, nos casos em que a resposta foi compra, questiona-se as mulheres, com relação à questão de herança, 95,2% delas responderam que com o casamento receberam, por permanecerem no rural, algum percentual das terras de seus pais. Em alguns casos, aquela terra foi vendida para adquirir propriedade próxima a que o marido herdou ou vendidas as duas heranças e adquirida outra propriedade. Algumas pesquisadas relataram, ainda, que elas receberam terra, como herança, mas que suas mães não receberam.

4.2 DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES REALIZADAS PELAS MULHERES NAS UNIDADES PRODUTIVAS E A RELAÇÃO COM A GESTÃO DA PROPRIEDADE

Na busca de diagnosticar as atividades realizadas pelas mulheres e a relação com a gestão, na unidade produtiva em que ela está inserida, foi questionado sobre “Quais as três principais atividades que compõe a renda da propriedade?”, (da principal para as secundárias) o resultado observa-se no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Arranjo produtivo das propriedades pesquisadas, conforme escala de importância, as três principais atividades desenvolvidas



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A lavoura é uma das principais atividades da região pesquisada, em 17 propriedades é realizada esta atividade, tendo como demais atividades produtivas mais realizadas suínos, leite e frango. O leite, também é uma atividade historicamente desenvolvida na região, frango e suínos vem se destacando, pois as cooperativas da região trabalham com integração. As atividades de cultivo de hortaliças, peixe, bovinos e conservas são realizadas em menos propriedades e, exceto o cultivo hortaliças (que foi apontado como atividade principal) as demais atividades são atividades secundárias. A agricultura é considerada um dos principais alicerces da economia brasileira desde a colonização portuguesa, evoluindo das monoculturas para a diversificação da produção (SENA et al., 2010). Aumentar a produtividade e a rentabilidade da propriedade acaba sendo necessário, para Schneider (2010) as probabilidades de sobrevivência dos agricultores familiares quando produtores de alimentos, fibras e matérias-primas depende, de sua inserção em um ambiente onde existe inovação, adquirindo possibilidade sobre os mercados e desenvolvendo a gestão e planejamento da propriedade. Observa-se, que as unidades produtivas buscam diversificar as atividades que são realizadas, das pesquisadas, em apenas uma propriedade, apresentou-se apenas uma atividade realizada, que é o cultivo da lavoura, nas demais respostas, pelo menos duas atividades produtivas são realizadas.

Ainda sobre as atividades produtivas da propriedade, frente a questão de divisão do trabalho, questionou-se quem toma as principais decisões (do que e de como será realizada) e executa as atividades, como resultado as entrevistadas responderam que, das atividades realizadas, 90,5% são realizadas em conjunto e em 9,5% das atividades, possui divisão das atividades, exceto no caso da lavoura que, as pesquisadas, responderam que em, 61,9% todos participam da tomada de decisão e executam a atividade produtiva, em 33,3% que é somente o marido e, 4,8% respondeu que não realiza nenhuma atividade de lavoura na propriedade. Em relação à divisão do trabalho, questionou-se sobre as atividades domésticas em 90,5% das respostas a responsabilidade é da mulher ou dividida entre a mulher, filhos e mãe/sogra e, em 9,5% das respostas, demais integrantes da família são apontados como responsáveis por alguma atividade doméstica. Brumer e Freire (1984) assinalam que ao homem relacionam-se atividades que necessitam mais força física e o uso das máquinas agrícolas, já, as mulheres são direcionadas para as atividades domésticas e de cuidados dos animais e do quintal, envolvendo menor esforço.

Quanto à estrutura da propriedade, as pesquisadas foram questionadas sobre sua satisfação ou não com relação as máquinas e equipamentos que a propriedade possui, conforme as respostas, 19% estão muito satisfeitas, 61,9% estão satisfeitas, 4,8% responderam não estar nem satisfeita nem insatisfeita e 15,8% responderam estar insatisfeitas. Foi questionado o porquê da insatisfação e as pesquisadas apontaram como principal motivo máquinas e equipamentos velhos ou insuficientes, que seria necessário investir nesse quesito. Máquinas e equipamentos que não funcionam ou sua falta, é um motivo apontado em muitos estudos como um desmotivador para a continuidade da atividade rural.

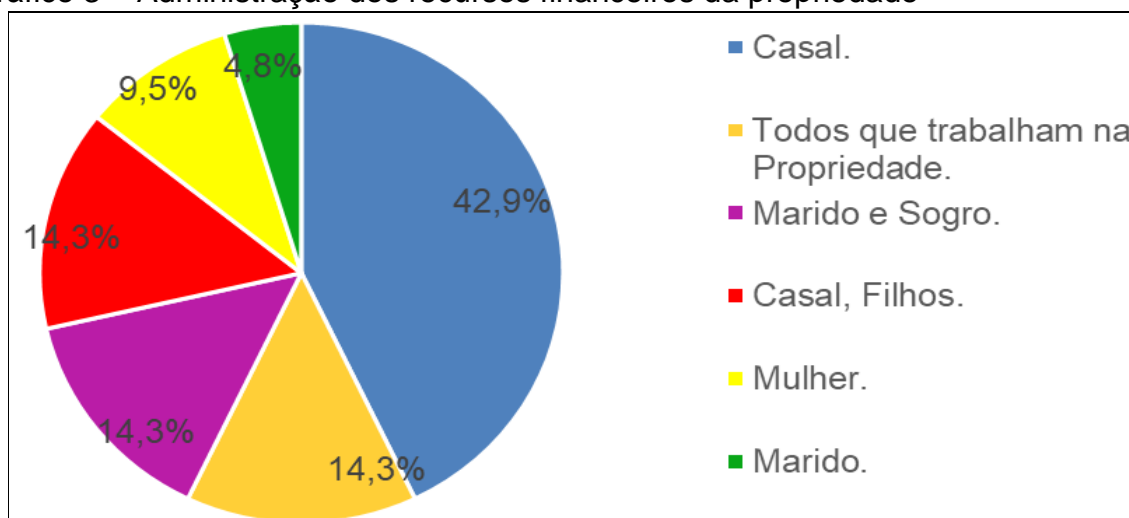
Na sequência, questionou-se sobre a satisfação ou não com as instalações da propriedade, sobre este questionamento responderam que 9,5% estão muito satisfeitas, 76,2% estão satisfeitas, 4,8% não estão satisfeitas nem insatisfeitas e 9,5% insatisfeitas, Stropasolas (2011, p. 28) salienta que para “se manterem nestes circuitos produtivos e nos respectivos mercados, essas famílias, devem necessariamente se adequar às sempre renovadas exigências normativas e tecnológicas.” Referente às insatisfeitas no questionamento anterior, estas relataram que as instalações estão na mesma situação das máquinas e equipamentos que já existem na propriedade são velhas e seria preciso investir em uma reforma ou nova

construção. A estrutura de trabalho da propriedade pode tornar a atividade rural menos penosa e aumentar o interesse em permanecer na atividade rural.

Para buscar a inovação tecnológica e a diversificação produtiva, os agricultores necessitam de financiamentos, assim, questionou-se as mulheres, com relação a sua participação na tomada de decisão dos financiamentos na propriedade, 90,5% das pesquisadas responderam que participam das decisões dos financiamentos da propriedade e 9,5% responderam que não participam. A produção familiar é uma atividade importante no Paraná, de acordo com Lima e Wilkinson (2002), é importante ter conhecimento da realidade e dificuldades locais dos agricultores, apresentar alternativas de melhorias, tais como acesso ao crédito, melhoria nas condições tecnológicas da produção, manejo e comercialização de seus produtos visando à sustentabilidade do estabelecimento. Ainda relacionado aos financiamentos questionou-se a satisfação, com relação as decisões dos financiamentos, 9,5% estão muito satisfeitas, 81% estão satisfeitas, e 9,5% de insatisfeitas. Com este resultado, buscou-se entender quais eram as insatisfeitas e qual o motivo da insatisfação. As insatisfeitas participam das decisões dos financiamentos da propriedade, porém, apontam que a insatisfação está na escolha da atividade que a família decidiu investir, com a mudança dos mercados nesse segmento e, também, que os valores de financiamentos disponibilizados para a agricultura familiar deveriam ser maiores. de acordo com Sachs (2008), para a agricultura familiar ter continuidade é necessário acesso a tecnologias adequadas, investimentos e créditos com subsídio para a produção, assim auxiliará na execução das atividades e melhor condições para os integrantes do processo produtivo.

Questionadas sobre “Quem administra os recursos financeiros da propriedade?”, as respostas estão apresentadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Administração dos recursos financeiros da propriedade



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Neste gráfico, identifica-se que em 81% das respostas, as mulheres estão inseridas na administração dos recursos financeiros da propriedade. As mulheres as quais responderam que somente elas administram os valores financeiros da propriedade, responderam que se identificam com a gestão e resolvem as questões relacionadas aos pagamentos da propriedade. Também, apontado em outra resposta, que é a mulher, que comercializa a produção e por isso administra os valores. Ainda no contexto administração do dinheiro, as pesquisadas foram indagadas sobre sua satisfação com relação à administração dos recursos financeiros e, 19% responderam que estão muito satisfeitas, 76,2% que estão satisfeitas e 4,8% insatisfeitas. Em relação às insatisfeitas, os motivos apresentados foram que apesar de todos da propriedade participarem da administração do dinheiro, elas não concordam com a forma de divisão dos valores, Spies (2010) aponta que melhorar a gestão da propriedade é fundamental para a unidade produtiva ter continuidade.

No que compreende administrar a propriedade, as participantes responderam se estariam preparadas para administrar sozinha a unidade produtiva da família, como resultado 57,1% afirmaram que sim e 42,9% que não. As justificativas das que responderam que sim, estão no Quadro 1 e das que responderam que não, expostas no Quadro 2.

Quadro 1 – Justificativas das pesquisadas que responderam que estão preparadas para administrar sozinhas a propriedade

Pesquisada	Respostas
Pesquisada 1	Com serviço terceirizado e assistência técnica.
Pesquisada 2	Anos de conhecimento...
Pesquisada 3	Porque desde que foi comprado o sítio sempre participei de todas as decisões que foram realizadas na propriedade.
Pesquisada 4	Estou à frente de tudo e adoro fazer isso.
Pesquisada 6	Sim, sinto-me preparada pois as decisões são tomadas em conjunto.
Pesquisada 7	Tenho buscado estudar e estar atenta as mudanças no mercado, participo de eventos que trazem informações, e tenho bom relacionamento com assistentes de empresas parceiras
Pesquisada 8	Tenho conhecimento em todas as áreas
Pesquisada 13	Porque participo de todas as decisões em relação a propriedade, e a parte administrativa e contabilidade sou eu que faço...
Pesquisada 16	Porque tenho experiência do dia a dia nos trabalhos da propriedade
Pesquisada 17	Noção básico das coisas
Pesquisada 18	Já estou sendo preparada caso isso venha acontecer
Pesquisada 20	Sim, pois conheço todas as atividades e tudo sobre a propriedade, além de já participar da administração.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Quadro 2 – Motivos pelos quais as mulheres pesquisadas não se sentem preparadas para administrar a propriedade sozinhas

Pesquisada	Respostas
Pesquisada 5	Trabalho nas atividades mais domésticas, por isso não me sinto preparada para administrar uma propriedade.
Pesquisada 9	Não participo do processo
Pesquisada 10	Pois não sou eu quem toma as decisões sobre insumos, etc.
Pesquisada 11	De momento não estaria, mas se um dia precisar, com ajuda dos filhos teria condições sim.
Pesquisada 12	Precisaria pensar e avaliar muita coisa.
Pesquisada 15	É que muita gente acha que administrar uma propriedade rural é fácil, mas não é, tem que ficar de olho em muitas coisas ao mesmo tempo e tomar muitas decisões que vão influenciar todo o desempenho da propriedade no presente e no futuro.
Pesquisada 19	Por ter bastante serviço, e o mesmo ser pesado.
Pesquisada 21	Seriam tarefas muito distintas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Para Sen (2000) as mulheres passaram a se notar como parte do processo de produção da agricultura nas unidades familiares em que estão inseridas, tanto nas relações subjetivas quanto nas relações de trabalho. A mulher vem se percebendo sujeito de todo o processo, contudo, é uma construção baseada nas experiências que ela teve no decorrer da vida e, influências familiares e culturais. Em algumas respostas a própria mulher não se enxerga sujeito capaz de tomar decisões sozinha e realizar as atividades (que já desenvolve na propriedade); em outras respostas, a mulher se percebeu sujeito do processo, busca cada vez mais se envolver e a estrutura familiar constrói as possibilidades.

A transformação de “paradigmas que está acontecendo nas últimas décadas, mas em velocidades diferentes no que tange as áreas urbanas e rurais, mostra que em detrimento de todas as conquistas para a liberdade e igualdade de gêneros, ainda há muito a se conquistar” (GUBERT et al., 2020, p. 6). A sociedade (e a própria mulher) passam a enxergá-la como sujeito do processo de produção e gestão do meio rural, porém, é um processo que está em construção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou as características da mulher rural e a forma como os arranjos familiares estão estruturados nas unidades de produção pesquisadas. As famílias buscam diversificar as atividades com o objetivo de manter seus integrantes no meio rural, as propriedades, não dariam condição para apenas o cultivo da lavoura ou para a divisão, assim, muitos investem em demais atividades na propriedade e, buscando que os filhos, mesmo com o casamento, permaneçam trabalhando e participando desse arranjo familiar.

Na maioria dos casos, a titularidade da propriedade é do marido, contudo, a mulher está inserida nas decisões dos financiamentos e investimentos que são realizados. Na questão herança, as mulheres apontaram que receberam terras de seus pais e, sinalizaram que isso não aconteceu com suas mães.

Sobre o processo produtivo da unidade familiar, a mulher está inserida na realização e no processo de tomada de decisão, relacionado às atividades que realizam na propriedade, contudo, a atividade do cultivo da lavoura, é uma atividade

produtiva em que a responsabilidade e tomada de decisão, é do homem, na maioria dos casos. As demais atividades produtivas foram apontadas como atividades desenvolvidas e decididas em conjunto e, a participação depende do arranjo familiar da propriedade, inclusive, a atividade leiteira, a qual, culturalmente, é de responsabilidade da mulher, tem a participação de todos, inclusive do homem. As atividades domésticas, foram apontadas como de responsabilidade da mulher, mãe ou sogra (se moram na propriedade) e, filhos menores e filhas mulheres, fato este, que não se alterou no contexto histórico.

Sobre a gestão da propriedade rural, visto que, a maioria das mulheres participam dos processos produtivos e de tomada de decisão da unidade de produção familiar, a maioria delas se sente apta a administrar a propriedade, mesmo que sozinha. No contexto estudado, evidencia-se que a mulher rural é protagonista na gestão da propriedade e participa do processo produtivo, reconhecendo-se cada vez mais como produtora rural, assim fortalece a agricultura familiar e busca o desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan. /abr., 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ARAÚJO, Fabrícia. **Administração rural: o agronegócio no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 07 fev. 2022

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV304 p., 2005.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade – o que é e o que não é**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 dispõe sobre Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádya Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

BUTTO, Andrea et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília, MDA, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2ª edição, Editora Nacional. São Paulo, 1968.

GUBERT Flavia Piccinin Paz, HANZEN Marcia, RECALCATTI Jonas Felipe, COLTRE Sandra Maria. Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar. **Rev Fitos**. Rio de Janeiro. 2020; 14(Supl): 23-30. e-ISSN 2446.4775. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44961/2/flavia_piccinin_paz_et_all.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; DINIZ, Bernardo Palhares Campolina; AZZONI, Carlos Roberto; *et al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Anais. São Paulo: ANPEC, 2007. Disponível em: <http://dedalus.usp.br/F/68ST3CQ1QL4BNV6QPDP264TV8PM97QQYUIIDI8E8QDJKVETACA-12186?func=direct&doc%5Fnumber=001633567&pds_handle=GUEST>. Acesso em: 11 jun. 2020.

HOLZ, Élio. **Fundamentos teóricos da gestão agrícola**. Epagri, 1994, 31p.

IPARDES. **Caderno Estatístico junho de 2019**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85960&btOk=ok>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí, RS: Ed. da UNIJUÍ, 2005.

LIMA, Daniel Magalhães de Aandrade.; WILKINSON, John. (orgs.) **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LIMA, Romilda de Souza. **Práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais da zona da mata mineira: mudanças e permanências**. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

NEVES, Delma Pessanha; Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-40, 2012.

ONU. Mulheres Rurais. **Princípios do empoderamento das mulheres**, 2020. Disponível em: relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/7-principios-empoderamento-mulheres. Acesso em: 10 fev. 2022.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas/ Universidade Federal de Santa Catarina**, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, vol 2: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo e Brasília: Editora da Unesp e Nead, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quadro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016, 383p.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Prefeitura do Município de Marechal Cândido Rondon**. Disponível em: < <https://marechalcandidorondon.atende.net/cidadao>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da descoberta à invenção. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/WpMn9Z99K8X6DmbBx6GqxKS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAKAMOTO, Camila Strobl; MAIA, Alexandre Gori. **Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil**. Belém, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados (2008): 989-1014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENA, Ana Laura dos Santos et al. **Concentração espacial e caracterização da pecuária leiteira no estado do Pará**. In: SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), 2010. Campo Grande. Anais... Campo Grande: SOBER, 2010.

SILIPRANDRI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SPIES, Airton. Desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. **Revista Agropecuária Catarinense – RAC**. v. 23, n. 2, jul. 2010. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2028:rac-edicao-de-julho-de-011&catid=46:publicacoes&Itemid=1. Acesso em: 22 nov. 2020.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

VEIGA, Jose Eli da. **Desenvolvimento Rural: o Brasil precisa de um projeto**. SOBER p. 153,1998.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

4 ARTIGO 2 – A MULHER RURAL NOS ESPAÇOS SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DA SUCESSÃO FAMILIAR

RURAL WOMEN IN SOCIAL SPACES AND THEIR INFLUENCE ON THE FAMILY SUCCESS PROCESS

Resumo: Neste estudo descreveu-se a participação da mulher rural nos espaços sociais e compreendeu-se seu papel no processo de sucessão das unidades produtivas da agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. Para a composição do estudo, a metodologia caracterizou-se como estudo de caso, utilizando como procedimento técnico a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foi aplicado um questionário para 21 mulheres rurais. Os resultados obtidos com a pesquisa são que as mulheres possuem filiação em cooperativas e associações e, com menor expressão, nos sindicatos. A atuação das mulheres nos espaços sociais se efetiva cada vez mais, sendo ativas nos cursos, eventos e demais atividades promovidas, inclusive, participando de suas diretorias administrativas. Sobre o processo de sucessão da unidade produtiva familiar, percebeu-se que elas encontram barreiras para conversar amplamente sobre o assunto. O tema sucessão familiar necessita de maior atenção, em 76,2% das respostas, não existe indicação ou definição de sucessores, é interessante considerar a importância de seu planejamento para a continuidade das propriedades e famílias da agricultura familiar. As mulheres rurais participam dos espaços sociais e procuram preparar os filhos para o processo sucessório, buscando não influenciar na sua decisão de permanecer ou não na propriedade rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mulher Rural. Sucessão. Espaços Sociais.

Abstract: In this study, the participation of rural women in social spaces was described and their role in the process of succession of productive units of family agriculture in the municipality of Marechal Cândido Rondon in the state of Paraná was understood. For the composition of the study, the methodology was characterized as a case study, using field research as a technical procedure, with a qualitative and quantitative approach. A questionnaire was applied to 21 rural women. The results obtained with the research are that women have affiliation in cooperatives and associations, and to a lesser extent in unions. The role of women in social spaces is increasingly effective, being active in courses, events and other activities promoted, including participating in their administrative boards. Regarding the process of succession of the family productive unit, it was noticed that they find barriers to talk extensively about the subject. The issue of family succession needs more attention, in 76.2% of the responses, there is no indication or definition of successors, it is interesting to consider the importance of planning for the continuity of properties and families in family farming. Rural women participate in social spaces and seek to prepare their children for the succession process, seeking not to influence their decision to remain or not on the rural property.

Keyword: Family Agriculture. Rural Woman. Succession. Social Spaces.

1 INTRODUÇÃO

O fortalecimento da agricultura familiar é importante, pois as pequenas propriedades são fundamentais para a sustentabilidade do país, sua continuidade é de interesse social, econômico e ambiental, no entanto, entende-se a necessidade de diálogos e reflexões sobre o tema, Mello (2009) afirma que as propriedades da agricultura familiar são caracterizadas por absorver quantidade expressiva de força de trabalho e, assim, promover o sustento das famílias.

A sucessão familiar tem gerado muitas discussões em várias esferas, a sobrevivência das propriedades da agricultura familiar é uma preocupação constante além disso, estudar os fatores que possam auxiliar no processo de sucessão é importante, pois é um processo que leva tempo e requer planejamento, não são apenas dados que se transmitem, mas também, conhecimento empírico adquirido durante a realização das atividades rurais, no decorrer da vida. A maioria dos genitores acabam preparando, os filhos homens, para a sucessão, neste contexto, as mulheres (esposas e ou filhas) não são preparadas para assumir o controle, a situação mais evidente em que a mulher (acaba, sem preparação) assumindo a unidade familiar é ficando viúva.

As mulheres, historicamente, não participavam de espaços sociais, este cenário vem se modificando e elas, passando a ter participação ativa. Os agentes associativos e cooperativos buscam, cada vez mais, incentivar as mulheres a fazer partes desses espaços sociais, um processo que está em construção e, as práticas realizadas por eles objetivam empoderar as mulheres e desenvolver os espaços produtivos que elas estão inseridas.

Em relação às mulheres rurais, o seu trabalho sendo valorizado e reconhecido, auxilia elas a se reconhecerem como sujeito, entende-se, assim, que as mulheres, reconhecendo seu lugar no processo produtivo e buscando ampliar sua inserção na tomada de decisão das atividades desenvolvidas na unidade familiar, apresentam-se como sujeito que pode exercer influência no processo sucessório.

Buscando entender se a sucessão familiar é um dos principais desafios da manutenção das propriedades da agricultura familiar, o objetivo deste artigo é investigar a temática da mulher nos espaços sociais e qual sua influência no processo de sucessão familiar, com o objetivo de auxiliar na longevidade e fortalecimento das

unidades de produção familiares e contribuir para que as famílias permaneçam no campo.

2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NOS ESPAÇOS SOCIAIS E NO PROCESSO SUCESSÓRIO

2.1 DEFINIÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS

O cooperativismo tem sido uma das alternativas para o desenvolvimento econômico e social das propriedades da agricultura familiar, pois baseia-se na união voluntária em busca de objetivos coletivos, visando o desempenho mutuo, Almeida (2009) dizia que o desenvolvimento acaba assegurando o progresso e o crescimento para a construção do futuro. Conhecendo um pouco mais sobre o cooperativismo, seus valores, sua história, torna-se possível reconhecer que é uma filosofia que visa tornar o mundo um lugar com oportunidades para todos, apresentando que o econômico e social, produtividade e sustentabilidade, indivíduo e coletivo podem andar juntos, tudo tem início por um mesmo objetivo, em uma organização que todos são donos (OCB, 2018).

A cooperativa pode ser constituída para superar problemas econômicos e sociais de uma classe ou região, essa junção de forças pode desencadear o desenvolvimento local e da qualidade de vida dos cooperados, as práticas sociais são apresentadas como construção dos atores sociais em seus grupos de convívio, estando ou não relacionados a alguma organização (LUCAS; SOUZA; TORRES, 2010). As práticas sociais realizadas pela cooperativa podem ser interpretadas como procedimentos, técnicas ou métodos, executadas apropriadamente pelos agentes sociais. As atividades realizadas podem ser consideradas uma forma de repassar conhecimento, ou seja, este conhecimento pode ser de como fazer algo ou como continuar, este conhecimento mútuo é compartilhado por todos que se envolvem e reconhecem o resultado de uma prática social ou de várias práticas (GIDDENS; TURNER, 1999).

A função de uma cooperativa agropecuária está conexas em facilitar e melhorar as condições para seus associados, a união das pequenas propriedades tem sido uma das possibilidades de sobrevivência (PEREIRA, 1973). A cooperativa é apresentada como agente social, Magalhaes Filho (2010) analisa o termo agentes sociais como

indivíduos aliados no amparo de interesses comuns, e que agem conjuntamente para conseguir seus objetivos, atuando em todas as esferas da organização social ou à margem delas, contudo, é necessário entender que os atores sociais são “capazes de criarem valores e de atribuírem significados às suas condutas, de dar sentido às suas ações” (BASSO, 2013, p. 19), os atores, neste contexto, são as mulheres que participam da cooperativa.

Com relação à mulher no meio rural, Giuliani (1997, p. 646), apresenta que no meio rural, a autoridade é do “chefe da família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e, muitas vezes, impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e sindicatos”, dessa forma, existe a exclusão da mulher nesses ambientes. O homem, culturalmente, é o responsável pela parte produtiva, ele será o capacitado para este trabalho, assim, ele que participará dos eventos e feiras, atendimento de técnicos, realiza contato com bancos e participa de cooperativa, associação ou sindicatos (BRUMER, 2004).

Estar inserido no mercado faz-se necessário para os agricultores, levando-os a olharem para sua propriedade como uma empresa, sendo necessário tomar decisões, aumentar a produtividade e rentabilidade, para Schneider (2010) as probabilidades de sobrevivência dos agricultores familiares quando produtores de alimentos, fibras e matérias-primas depende, de sua inserção em um ambiente onde há inovação (progresso técnico), para adquirir uma autoridade sobre os mercados e desenvolver formatos de gestão e planejamento da propriedade.

O mercado pressiona a agricultura familiar, “mesmo com boa produtividade, passa a ser muito desafiada em termos de sobrevivência ou mesmo inviável para muitas atividades de produção, no contexto das relações de mercado e das políticas que delas decorrem” (FRANTZ, 2009, p. 171). Conexo ao crescimento econômico, Sen (2013, p. 28) aponta que “sem desconsiderar importância do crescimento econômico, mas enxergando muito além dele”, a palavra crescimento leva em consideração a produção pela ótica do quantitativo, contudo, é insuficiente para dar conta das transformações socioeconômicas, qualquer expressão que venha substituir continuará articulando ou tentando articular – natureza e sociedade, a capacidade de integrar estas duas grandezas é o objeto central e o desenvolvimento sustentável ocupa lugar estratégico no debate social atual (ALMEIDA, 2009). Sobre isso, Veiga (2015, p. 15), cita as quatro principais competências que o crescimento pode gerar

para resultar em desenvolvimento, “ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade”.

Associado ao conceito de progresso, relacionam-se as melhorias nas condições de vida, liberdade política e segurança econômica, acima de tudo, o progresso como um “melhoramento” para a vida em sociedade (ALMEIDA, 2009). Já desenvolvimento sustentável como um cuidado com as gerações futuras, percebe-se que os termos agricultura familiar e desenvolvimento sustentável indicam aspiração ao equilíbrio, Sen (2000, p. 10) é enfático ao afirmar que “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Para Milaré (2016, p. 20) o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável que “o mero crescimento econômico, mito generalizado, vem sendo repensado com a busca de fórmulas alternativas, como o ecodesenvolvimento ou o desenvolvimento sustentável”, a principal característica apresentada é que “consiste na possível e desejável conciliação entre o desenvolvimento integral, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida – três metas indispensáveis. Crescimento econômico, tão só, mais do que é desastroso.”

2.2 O PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR

Pesquisas acadêmicas estão sendo realizadas em torno do tema sucessão familiar, pois há sérias preocupações com o destino das propriedades da agricultura familiar, assim, este tema tornou-se mais intenso e, a questão sucessória preocupa quando “a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade” (ABRAMOVAY, 1998, p. 36). Nos anos 70, a agricultura, no sul do Brasil, sofre uma ruptura: possibilidades de formar novas unidades produtoras, ficam cada vez mais restritas e os filhos reproduzem o papel dos pais, fica cada vez mais difícil (ABRAMOVAY, 1998). Ainda, sobre o tema, Dowbor, ressalta que

Nas sociedades tradicionais, havia uma certa continuidade na organização da produção de uma geração para outra. Na era rural de agricultura familiar, a inserção produtiva ocorria naturalmente, pelo fato de haver coincidência do

domínio e do espaço produtivo. O filho ia pouco a pouco aprendendo com o pai as fainas agrícolas; organizavam-se diversas formas de divisão de trabalho familiar. Em outros termos – e mantendo a nossa visão de que a família constitui um processo de reprodução social –, o trabalho representa uma continuidade entre as gerações (DOWBOR, 2005, p. 302).

A sucessão familiar é uma das adversidades enfrentadas nas propriedades da agricultura familiar, Silvestro et al. (2001, p. 25), apresentam que pela quantidade de unidades familiares e a relação entre o “destino da ocupação social no meio rural e os processos sucessórios, deveriam ser razões suficientes para que as organizações que lutam pela valorização do interior do país se debruçassem sobre o assunto.” Corroborando, Stropasolas (2011, p. 26) aponta que, o tema sucessão rural “especificamente, da reprodução social da profissão de agricultor(a) vem emergindo como uma das principais preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar do Sul do Brasil.”

Sobre a questão da sucessão familiar, não se trata apenas daquela propriedade da agricultura familiar em especial, mas também, da comunidade que a família está inserida, para Abramovay (1998, p. 17) a questão da sucessão rural não fica somente na ótica individual “o que está em jogo neste processo, mais que o futuro de certas empresas e famílias, é o próprio destino de boa parte das regiões que hoje passam por processos severos de êxodo rural.” Entende-se assim, a necessidade de estudos sobre o tema da sucessão familiar das propriedades da agricultura familiar, Stropasolas afirma que

Nem as famílias individualmente, nem mesmo os movimentos sociais rurais, costumam dialogar sobre as consequências das (in)definições implícitas nesse processo. A invisibilidade social deste debate e a lacuna existente nas pautas das instituições públicas e das entidades representativas não impedem que esta problemática aflore a cada vez que oportunizamos esse debate ou em todos os momentos em que os jovens e as mulheres, público mais afetado pelas desigualdades e hierarquias de poder existentes no meio rural, possam expressar o que pensam a respeito destas questões (STROPASOLAS, 2015, p. 8).

O campo está envelhecendo e masculinizando, as propriedades da agricultura familiar estão desaparecendo e as cidades inchando, o meio rural formado apenas por grandes latifúndios, Abramovay (1998), afirma que as mulheres deixam o campo mais cedo e em maior número do que os homens e, assinala que este “viés de gênero” não está relacionado a melhores oportunidades no mercado de trabalho das cidades,

mas à precariedade das perspectivas e à função dependente que as mulheres possuem no interior de suas famílias.

O processo de sucessão da agricultura familiar está “em torno da figura paterna que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração” (ABRAMOVAY, 1998, p. 66). Muitas famílias não dialogam sobre o assunto sucessão familiar, sobre isso, Mello e colaboradores expressam que

Questões relacionadas ao processo sucessório que, em muitos casos, dão lugar a um grande número de conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a terra paterna, seu destino profissional, até a questão relacionada com o viés de gênero, que tende a acompanhar o processo sucessório e parece responder, em grande parte, pela severidade do êxodo das jovens agricultoras (MELLO et al., 2003, p. 12).

Para esta transição, que não é apenas do comando, mas do conhecimento empírico que o produtor rural possui, o diálogo e planejamento são necessários, pois é percebido, “um enorme desinteresse das populações envolvidas em permanecer no campo e em especial os mais jovens, além de uma atuação cada vez maior das mulheres em todas as etapas da produção, comercialização e gestão do excedente” (SILVA, 2013, p. 1).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi caracterizado como um estudo de caso que, para Yin (2001), é definido como estratégia de pesquisa baseada na coleta e análise de dados. Frente aos procedimentos técnicos adotados optou-se pela pesquisa documental, bibliográfica, de campo e estudo de caso local. Este estudo foi desenvolvido com as mulheres da agricultura familiar residentes em propriedades rurais no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

O município possui 747,417 km² de área territorial, apresenta um total de 1934 estabelecimentos agropecuários e uma área total de 52.744 hectares, sua população está estimada em 53.495 habitantes, sendo que destes 7.672 vivem na área rural e 3.691 são do sexo feminino e, está dividido em oito distritos, sendo: Marechal Cândido Rondon (Sede), Bom Jardim, Iguaporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque (IPARDES, 2021).

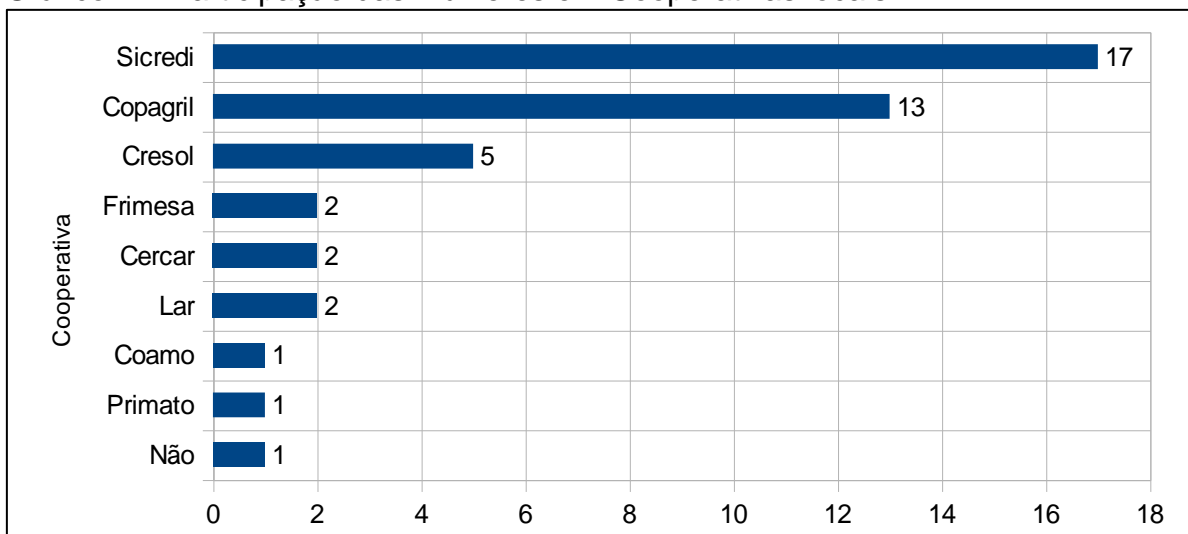
Para definir a população que foi pesquisada neste estudo, realizou-se a divisão dos distritos em três grupos. Em seguida, dentro de cada grupo de distritos, foi desenhado um mais (+) no mapa e identificadas quatro propriedades rurais que estavam nas proximidades da linha desenhada, uma propriedade próxima da junção das linhas desenhadas e duas propriedades escolhidas aleatoriamente. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário. Buscou-se o contato telefônico das entrevistadas para agendar uma visita para coletar as respostas dos questionários. O questionário foi introduzido na ferramenta *Google Forms*® e na sequência de uma conversa, 18 entrevistadas, sendo seis de cada grupo de distritos responderam a entrevista através desta ferramenta. Para as outras três entrevistadas, sendo uma de cada grupo de distritos, foi agendada uma visita e realizada a entrevista de forma presencial. Para a realização da análise dos dados coletados foram elaboradas tabelas, quadros e gráficos e a tabulação destes foi realizada por meio da ferramenta de *software Microsoft Excel*® e também figuras de *wordcloud* ou nuvem de palavras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DESCRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NOS ESPAÇOS DE COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E DEMAIS ORGANIZAÇÕES

Um dos pontos sobre a temática da mulher rural nos espaços sociais foi o questionamento, *Você é associada em alguma cooperativa?*, 95,2% das pesquisadas responderam que sim e 4,8% indicaram que não são associadas. Na sequência, a pergunta foi em quais cooperativas as pesquisadas são associadas, as respostas seguem no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Participação das mulheres em Cooperativas locais



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

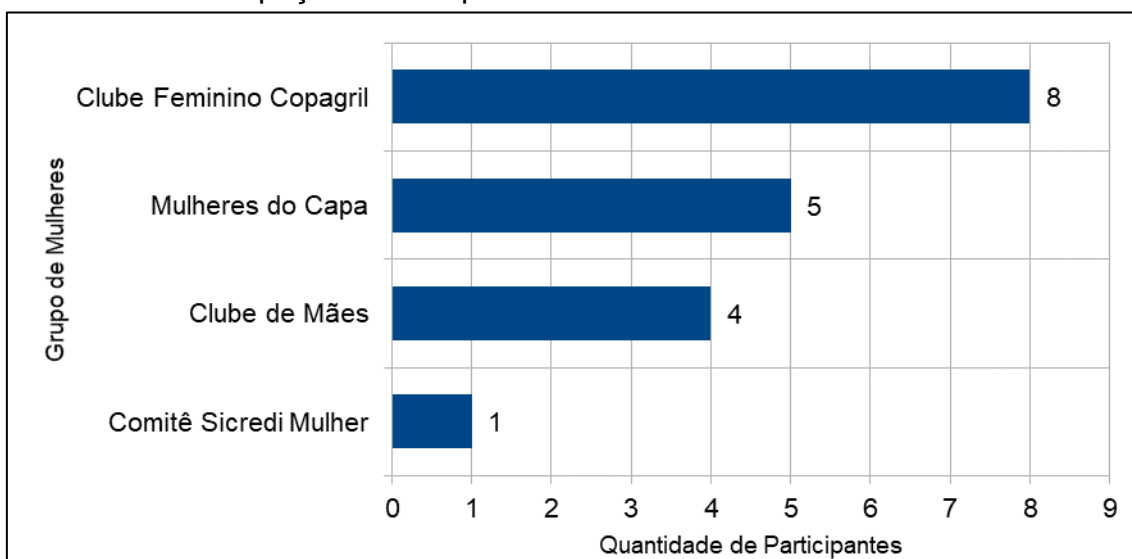
Seguindo nesse contexto, foi perguntado se a pesquisada é associada em alguma associação? e, todas responderam que sim. Na sequência, questionou-se em quais associações e, nesta questão, é necessário apontar que todas responderam que na associação de moradores da linha ou comunidade e, que neste caso, a associação é em nome do marido, mas que contempla a participação da família. Na sequência, foram questionadas sobre, Você é associada em algum sindicato?, onde, 85,7% apontaram que não e 14,3% responderam que sim, apontando que a associação é no Sindicato Rural. Nesta questão, aparece a mesma situação da questão anterior, onde o marido é associado e demais integrantes da família usufruem do que é oferecido. Relacionado às questões apresentadas, segundo Frantz (2012), o cooperativismo sempre possuiu uma relação muito próxima com a agricultura familiar, esta relação é considerada importante na organização de suas economias, os agricultores esperam no cooperativismo uma alternativa de atuação e defesa dos seus interesses. Paulilo (2009, p. 186) afirmou que a exclusão da mulher era apontada na “discriminação quanto ao acesso aos créditos bancários, exclusão dos sindicatos e cooperativas, onde só recentemente o nome da esposa é computado na lista de sócios.”, nesse contexto, é comum o marido ser associado e a mulher ser a dependente, porém, frente às questões de comercialização da produção, com o objetivo que a mulher tenha notas fiscais emitidas em seu nome (para comprovação no momento da aposentadoria) e, possibilitando que a mulher tenha a oportunidade de participar de algumas práticas da cooperativa (que são somente oportunizadas

para associados), existe a necessidade de ela realizar também a associação em seu nome. Apresentado isto, as respostas acima, são relacionadas às situações que realmente a mulher é associada da cooperativa.

Na sequência, na questão referente à participação em assembleias, 66,7% das participantes apontaram que participam de assembleias e 33,3% que não participam. Ainda relacionado às assembleias, questionadas de quem, normalmente, participa das assembleias, 42,8% responderam o casal, 28,6% que o marido, 23,8% apontou que demais integrantes da família participam e, 4,8% respondeu que ninguém participa. Sobre a participação da mulher nos espaços sociais, é preciso incluir a informação de que uma das pesquisadas, faz parte do conselho de administração de uma das cooperativas da qual ela é associada e, que ela é a primeira mulher a ser eleita para este cargo.

Quando questionadas sobre sua participação em algum grupo de mulheres, 66,7% responderam que participam e 33,3% responderam que não participam. Das pesquisadas que responderam participar de algum grupo de mulheres, foi perguntado referente a quais grupos, as respostas estão no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Participação em Grupo Femininos



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Para Carneiro e Teixeira, as mulheres

raramente aparecem como sujeitos, o que de certa forma pode ser entendido como uma consequência da própria visão que essas entidades têm da mulher rural a qual só se torna visível quando transformada em sujeito coletivo, ou

seja, através da sindicalização ou de outras formas de organização (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995, p. 48).

Sobre a participação em grupos de mulheres, algumas das pesquisadas relataram que já foram ou são da diretoria de algum dos grupos que participam.

Logo após, foram questionadas se participam de cursos ou capacitação, onde 57,1% responderam que sim e 42,9% que não. Na continuidade desta questão, foi solicitada a informação de quais os cursos ou capacitações elas realizaram, conforme apresentado na nuvem de palavras da Figura 3.

Figura 3 – Nuvem de palavras formulada com as respostas dos Cursos e Capacitações realizados



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Nesse contexto, elas foram questionadas de por que participam ou não participam de cursos ou capacitações, as 57,1% (que equivale a 12 entrevistadas) que responderam que participam, justificaram sua participação, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais motivos para participar de cursos e capacitações

Pesquisada	Respostas
Pesquisada 1	Sempre se aprende mais participando de cursos;
Pesquisada 2	Participar porque é interessante;
Pesquisada 3	Para se manter atualizada nas áreas de trabalho;
Pesquisada 4	Participar de cursos para adquirir conhecimentos;
Pesquisada 5	Aprender a manipular os alimentos e novas técnicas de conservação;
Pesquisada 6	Acho que sempre tem algo a mais para aprender;
Pesquisada 7	Porque agrega conhecimento, e aumenta o poder de decisão, e traz novas formas de realizar suas atividades trazendo melhores resultados, além de melhorar a autoestima e qualidade de vida;
Pesquisada 8	Sempre se aprende;
Pesquisada 9	Para acompanhar novas tecnologias, aprimorar conhecimentos;
Pesquisada 10	Acho muito importante participar, pois muitas vezes os pequenos detalhes, fazem toda diferença numa propriedade;
Pesquisada 11	Adquirir conhecimento;
Pesquisada 12	Posso dizer que minha vida se resume entre antes e depois, sempre é utilizado alguma atividade diária;

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Neste âmbito, estão apresentados no Quadro 4 os principais motivos apontados pelas 42,9% das pesquisadas (equivalente a 9 delas) que responderam não participar dos cursos e capacitações.

Quadro 4 – Principais motivos para Não Participar dos cursos e capacitações

Pesquisada	Respostas
Pesquisada 13	Seria bom para se especificar melhor.
Pesquisada 14	O que mais participo são de palestras.
Pesquisada 15	Não participo por ter que ficar com minha sogra que é tetraplégica.
Pesquisada 16	Porque os poucos que participei a muitos anos atrás se mostraram ineficientes. E não vejo nada que me interessa nos atuais.
Pesquisada 17	Não participei por que não há disponibilidade.
Pesquisada 18	Os cursos que tivemos oportunidade de participar, eram sobre suinocultura e esta parte dos serviços da propriedade fica por conta deles.
Pesquisada 19	Indisponibilidade de tempo.
Pesquisada 20	Na verdade, meu esposo faz mais os cursos, por questão de tempo e também porque não conseguimos fazer todos ao mesmo tempo.
Pesquisada 21	Falta de tempo na maioria das vezes.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Nesta esfera, foi possível observar que, das mulheres que responderam que participam de algum grupo de mulheres, 90,5% delas participam ou participaram de algum tipo de curso ou capacitação, independente de qual a instituição que ofertou. Quanto ao questionamento sobre você participa de outras atividades organizadas pelas cooperativas, associações e ou sindicatos, 52,4% não e 47,6% responderam que participam. Conexo a isso, foi solicitado que as mulheres respondessem quais atividades que normalmente participam, o resultado está apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Demais atividades organizadas por cooperativas, associações ou sindicatos

Pesquisada	Respostas
Pesquisada 1	Dia de campo, Encontro Anual de Produtores de Leite, Copa Copagril.
Pesquisada 5	Eventos estaduais de cooperativas que buscam preparar mulheres para atuar na comunidade, participando mais efetivamente das decisões.
Pesquisada 6	Reunião, eventos sociais, palestras, etc.
Pesquisada 8	Palestras.
Pesquisada 11	Dos cursos disponibilizados.
Pesquisada 12	Viagens de estudos com dinâmicas em grupo.
Pesquisada 15	Dia de campo, viagens.
Pesquisada 19	Palestras e eventos.
Pesquisada 20	Algumas palestras das cooperativas.
Pesquisada 21	Dia de campo encontro produtores de leite copa Copagril

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

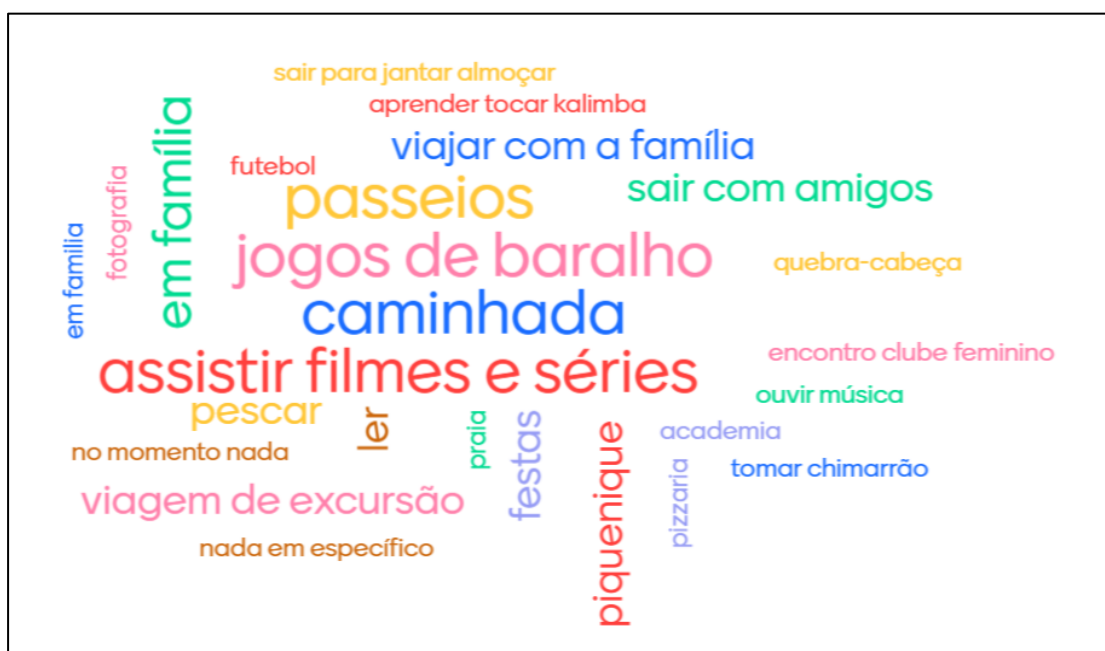
Com relação à assistência técnica, questionadas sobre quem atende as visitas na propriedade, as pesquisadas apontaram que em 47,6% das situações o casal ou um dos dois recebe, 33,3% depende da atividade que se refere a assistência e em 19,1% das situações o marido. Neste assunto, existe uma questão cultural muito forte e, em que se percebe uma mudança, pois dois fatores sempre foram muito intensos. Primeiro, apenas o homem recebia as orientações da assistência técnica, independente da atividade a qual se destinava. Além da mulher estar se reconhecendo como parte do processo produtivo, a assistência técnica busca incluir a experiência que a mulher tem na atividade para fortalecer a propriedade. Outro fator, é que a assistência técnica sempre foi formada por equipes masculinas e que chegavam na propriedade questionando onde está o dono ou o pai. Hoje, as equipes de assistência técnica são formadas por homens e mulheres, independente da

atividade e as empresas ou cooperativas que atendem as propriedades, mudaram a abordagem no atendimento, buscando questionar e entender se tem um responsável pela atividade, não mais realizando a orientação somente ao homem. Romper barreiras e mudar processos, não são tarefas simples, ações que poderiam resultar com o “empoderamento das mulheres do campo também exige políticas diferenciadas de assistência técnica e extensão rural. Muitas vezes, o que as mulheres querem não é o mesmo que os maridos e filhos querem” (ONU MULHERES, 2017).

4.2 O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE SUCESSÃO RURAL FAMILIAR DOS FILHOS

Para compreender a questão de viver no meio rural, questionou-se as participantes sobre, Hoje, em 2021, você tem vontade de deixar o campo e ir viver na cidade?, como respostas para este questionamento 81% afirmou que não quer sair do campo, 14,2% às vezes e 4,8% responderam que tem sim vontade de ir viver na cidade. Cazella, Bonnal e Maluf (2009) atuam com o conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar e consideram em seus estudos, além de aspectos econômicos, o modo de vida na sua totalidade, integrando o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural. Neste tema, no momento da realização da pesquisa, durante os diálogos realizados, pôde-se perceber, que as entrevistadas as quais responderam demonstrando interesse em morar na cidade são as que estão nas propriedades rurais mais distantes e, que, em alguns casos, não possui habilitação e dependem completamente de alguém para deslocar-se. Na sequência, para também compreender quais as atividades de lazer que as mulheres do meio rural praticam, solicitou-se que elencassem as atividades, nesta questão elas apontaram várias situações, conforme apresentado na Figura 4, na nuvem de palavras

Figura 4 – Nuvem de palavras formulada com as respostas das Atividades de Lazer que as mulheres realizam



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Carneiro (2001) e Spanevello, Drebes e Lago (2012) apontam como motivos que, na maioria das vezes, não ter acesso a “férias”, desenvolver atividades que podem afetar a vida social, e muitos objetivam as oportunidades que a cidade oferece. O que se percebe, com relação ao meio rural, é que as famílias, buscam se organizar, no sentido de realizar atividades de lazer. Tem atividades, como a leiteira, por exemplo, que não existe um vazio da atividade na propriedade, esta atividade tem um início e seu fim, se concretiza, apenas no encerramento da atividade na propriedade, esta é uma das questões apontadas como desmotivador para a continuidade da atividade rural, visto que, no meio rural, culturalmente se aponta que não há férias. Observa-se, que, conforme apontado pelas entrevistadas, tem equipes que atuam com o serviço de “férias”, no meio rural, sendo contratados para realizar este serviço durante o período que os proprietários estão ausentes, também foi apontado que acabam organizando as saídas, quando filhos ou conhecidos que trabalham na cidade entram em férias.

Com o intuito de compreender como é tratado, pela mulher, o assunto de sucessão rural na unidade de produção familiar, as participantes responderam acerca de, Você foi incentivada a permanecer no meio rural?, e como produto, 52,4% afirmaram que foram incentivadas, 33,3% que não foram incentivadas e 14,3%

marcaram outros e justificaram a resposta como, gosto do meio rural, por isso resolvi continuar na atividade; foi permitido escolher; no início não teve incentivo para permanecer, mas depois sim. Para Bourdieu (2000), sobre permanecer ou não no campo, as mulheres, na maior parte as jovens, podem não se sentir cativadas pelo modo de vida “esposas de agricultores”. Analisando a citação anterior e os apontamentos das entrevistadas, é possível perceber que, as mães, não incentivaram as pesquisadas a permanecer, por conta das experiências que tiveram.

Para entender como está a estrutura familiar das propriedades pesquisadas, questionou-se sobre, Um filho ou filha ainda está na propriedade?, e em 76,2% das propriedades pesquisadas pelo menos um filho ou filha ainda está na propriedade e, em 23,8% os filhos já saíram da propriedade. Nestes 23,8%, equivalente a 5 propriedades pesquisadas, os filhos já saíram da propriedade e desempenham suas profissões no meio urbano. Logo após, quando analisadas as 16 propriedades que ainda possuem filhos, em 50% delas ainda têm filhos homens e mulheres, em 31,2% filho homem e em 18,8% filha mulher.

Sobre ser agricultor, as pesquisadas foram questionadas se querem que seus filhos sejam agricultores, 47,6% responderam que sim, 33,3% que não e 19,1% outros, nesta alternativa, elas apontaram que: “às vezes sim; a escolha será deles; se eles quiserem e a escolha é deles caso queiram voltar para a agricultura.” Para este tema, é necessário apontar que foram as mães respondendo sobre o que querem para o futuro dos filhos e que as experiências que elas tiveram na agricultura, podem influenciar nesta resposta. Tedeschi aponta que

Além do trabalho usualmente considerado como doméstico e a ‘lida’ com o leite, também são atividades ‘próprias’ das mulheres, o cuidar das galinhas e outras pequenas criações, a horta, as ervas medicinais, as ‘miudezas’, como elas mesmas dizem. Além de todas essas tarefas, as agricultoras trabalham com o marido na roça, de onde sai o produto para venda. Mesmo assim, entre estes agricultores, costuma-se dizer que na roça as mulheres apenas ‘ajudam’ (TEDESCHI, 2004, p. 51).

Nesse questionamento, importante apontar que, das 52,4% (que equivale a 11 pesquisadas) que apontaram que foram incentivadas a permanecer no meio rural, oito delas responderam que querem que seus filhos sigam a profissão de agricultor, duas responderam que não querem que seus filhos sigam a profissão de agricultor e uma afirmou que a escolha será deles. No caso das duas pesquisadas que responderam

que não (citadas anteriormente), os filhos já saíram da propriedade e exercem outras profissões.

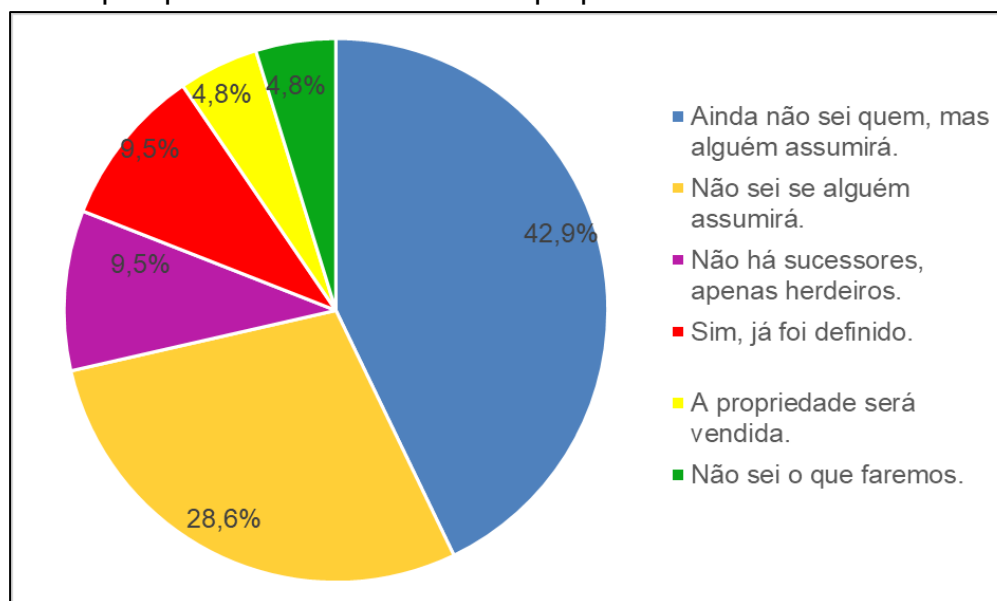
As mulheres foram questionadas acerca dos diálogos com os filhos sobre a continuidade da propriedade, a pergunta realizada foi, Você fala com seu filho sobre a continuidade da propriedade?, e como resposta ao questionamento apresenta-se que, 61,8% das participantes responderam que sim e 19,1% apontaram que não falam sobre este assunto com os filhos e a mesma porcentagem respondeu que às vezes questiona os filhos sobre o assunto.

Sobre se os filhos demonstram interesse em permanecer na atividade rural, as respostas coletadas foram, 47,6% afirmam que sim, 28,6% que não e 23,8% responderam outros e justificaram dizendo que hoje, 2021, seus filhos já tem uma formação e atuam na área na cidade e outra justificativa é que, às vezes, acreditam que eles demonstram sim interesse em permanecer. Segundo Tedeschi (2004, p. 49), “as raízes da desigualdade de gênero, mesmo no âmbito rural, estão na educação, posto que, nestes casos, os pais empregam técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas ‘femininas’ e os filhos ‘masculinos’”.

Questionadas sobre se considera importante seus filhos participarem das decisões da propriedade, 42,9% apontaram ser muito importante, 47,6% importante e, 9,5% nem muito nem pouco importante.

Ainda, sobre o tema sucessor, as pesquisadas foram questionadas sobre “Qual a perspectiva de algum sucessor para assumir a propriedade”, perante a questão, apresenta-se como resposta o Gráfico 6.

Gráfico 6 – A perspectiva de sucessores na propriedade

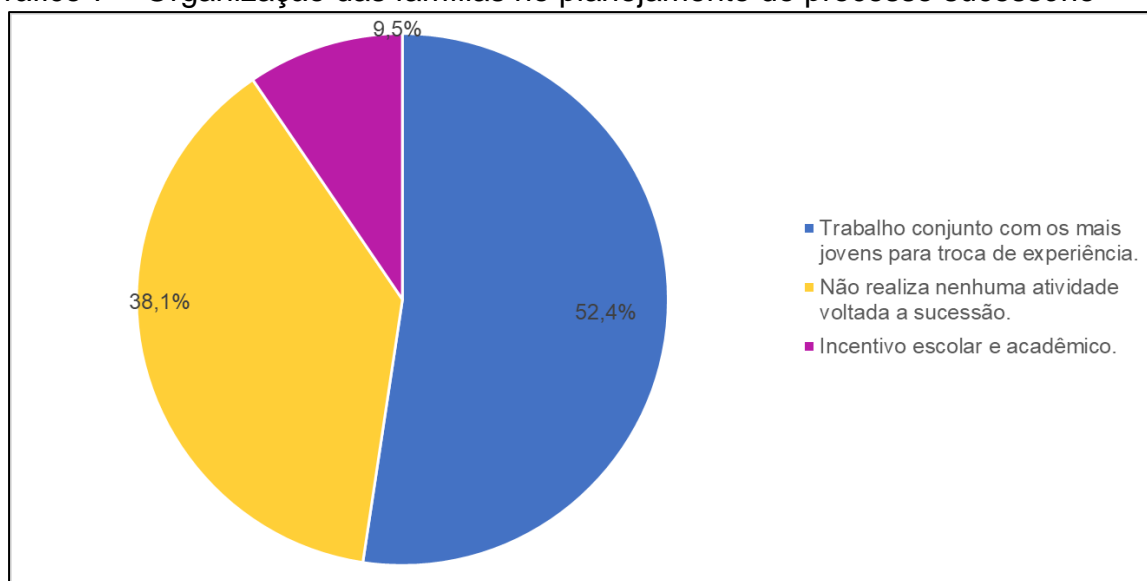


Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Frete a este resultado apresentado, existe a necessidade de um alerta (ou preocupação), em relação ao planejamento de sucessão, visto que, em 76,2% das respostas não existe a definição ou indicação de sucessores, em 14,3% apenas herdeiros ou venda da propriedade e, apenas em 9,5% (equivalente a duas propriedades) estão definidos sucessores. O despreparo da família, falta de incentivo e pouca renda individual, estão entre os principais motivos apontados como motivadores para sair da propriedade, em estudo realizado por Costa, Corbari e Zonin (2020) com jovens residentes no oeste do Paraná. Zonin e Martins (2016) apontam para a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, visto as novas necessidades da sociedade, incrementando políticas públicas para o desenvolvimento local, buscando uma produção de alimentos, a extensão rural e mercados do setor.

Naquilo que abarca o processo sucessório, as pesquisadas responderam a seguinte pergunta, “Como a família está se preparando para o processo sucessório?”, as respostas estão apresentadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Organização das famílias no planejamento do processo sucessório

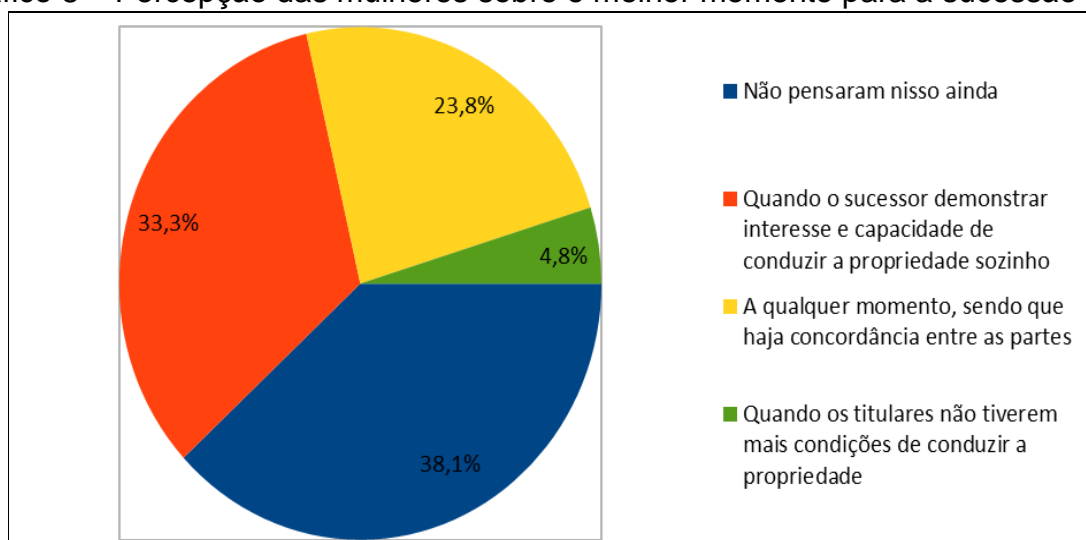


Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No resultado apresentado, observa-se que em 38,1% das propriedades pesquisadas, não é realizada nenhuma atividade voltada à sucessão, não estão realizando nenhum planejamento para que aconteça a sucessão. Preparar-se para o processo sucessório, repassando o conhecimento empírico e incluindo os integrantes no processo, pode ser um passo para que a sucessão ocorra, alguns autores afirmam que, mais importante que a transferência jurídica da propriedade, é a passagem de responsabilidades de gerações (SILVESTRO et al., 2001).

Diante do exposto, foi questionado qual o melhor momento para que aconteça a sucessão e as pesquisadas responderam o que está apresentado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Percepção das mulheres sobre o melhor momento para a sucessão



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Sobre os resultados apresentados, é importante ter atenção com as 38,1% das respostas que apontaram que ainda não pensaram em qual momento deverá acontecer a sucessão e, que nas outras 61,9% das respostas, a falta de uma concreta definição de quando ocorrerá, pode desmotivar a evolução do processo sucessório ou até mesmo, direcionar para que este não aconteça, segundo Brumer (2014), pesquisas procuraram elencar as causas do desinteresse dos jovens de ambos os sexos em permanecer no rural, o destaque está nas oportunidades de trabalho e estudo, sucessão tardia e passagem de patrimônio dos pais de forma diferente aos filhos e às filhas.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, os resultados obtidos são de que as mulheres possuem filiação em cooperativas e associações e, com pequena expressão nos sindicatos, cada vez mais se efetiva a participação das mulheres nos espaços sociais, participando nos cursos, eventos, atividades promovidas e da diretoria administrativa das organizações, esta participação efetiva pode ser ampliada, pois, na justificativa, algumas pesquisadas, não consideram as atividades atrativas ou indisponibilidade de tempo para participar.

Sobre o processo de sucessão da unidade produtiva familiar, observou-se ser um tema que, ainda, necessita de amplo debate e planejamento. Das famílias pesquisadas, em algumas propriedades pesquisadas o processo está consolidado e, como não ocorreu planejamento, somente o casal permaneceu, visualizando assim, que terão herdeiros e não sucessores. Nas demais propriedades, o processo não iniciou, estão planejando ou tem dificuldades para tratar do assunto.

As mulheres, em sua maioria, querem que os filhos continuem na atividade rural, porém as famílias encontram dificuldades para dialogar sobre o assunto. Foi apontado que alguém assumirá a propriedade, mas, no momento, não sabem quem, e que se preparam para o processo sucessório trabalhando todos juntos.

O estudo apresenta que as mulheres rurais são protagonistas nos espaços sociais e prepararam os filhos para o processo sucessório, buscando não influenciar a decisão deles (objetivam que eles permaneçam na atividade), mas que a decisão seja dos filhos e por interesse na atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BASSO, Dirceu. **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**. Repositório digital Lume, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79114>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da denominação econômica. In: BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: a dimensão simbólica da denominação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000. p. 93-119.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

BRUMER, Anita. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A., STROPASOLAS, Valmir Luiz.; BARCELLOS, Sérgio Botton. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 215-233. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1).

CARNEIRO, Maria José.; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, n. 2, p. 45-57, 1995.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COSTA, Patrícia Inês.; CORBARI, Fabio.; ZONIN, Valdecir José. **Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado - PR**, V. 1, N. 1, p. 283 – 308, 2021.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. IN: ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, p. 293-316, 2005.

FRANTZ, Walter. **Reflexões em torno da agricultura familiar**. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio (Org.). **Tecnologia e agricultura familiar: Uma relação de educação**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 137-187

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan, organizadores; tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GIULANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade Brasileira**. In: História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org). São Paulo: contexto, 1997.

IPARDES. **Caderno Estatístico junho de 2019**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85960&btOk=ok>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LUCAS, Cristina Castro; SOUZA, Eda Castro Lucas; TORRES, Claudio Vaz. Práticas sociais, cultura e inovação: três conceitos associados. **Revista de Administração Faces Journal**, maio de 2010. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/631>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

MAGALHAES FILHO, Francisco. Agentes sociais do Paraná. **Revista Economia & Tecnologia**, julho/ setembro de 2010. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/arquivos_servidor/revista/22%20Capa/Francisco%20Magalhaes%20Filho.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MELLO, Roxane Lopes de. **Proposição preliminar de indicadores como instrumento de manejo integrado da microbacia do Riberão da Cachieirinha e do Córrego do Meio, no bairro de Catuçaba, São Luiz do Paraitinga, São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Taubaté, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, 2009.

MELLO, Márcio Antônio de et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar.** 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-1-03-2r.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MILARÉ, Édis. **Reação jurídica à danosidade ambiental: Contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade.** In: Tese Doutorado em Direito – PUC SP; São Paulo: 2016.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras.** 2018. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ONU Mulheres. **Princípios do empoderamento das mulheres,** 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

ONU. Mulheres **Princípios do empoderamento das mulheres,** 2020. Disponível em: relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/7-principios-empoderamento-mulheres. Acesso em: 10 fev. 2022.

PAULILO, Maria Ignez. **Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas,** vol 2: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo e Brasília: Editora da Unesp e Nead, 2009.

PEREIRA, J. Azevedo. **Associações agrícolas.** Coleção Agricultura Moderna. Clássica Editora, 1973.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Adilson Tadeu Basquerote. **A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo de caso. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO,** 9, 2013, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2013. p. 1 - 12.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANEVELLO, Rosani Marisa.; DREBES, Laila Mayara; LAGO, Adriano. **A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural.** In: CONFERÊNCIA DO

DESENVOLVIMENTO, 2., 2012, Brasília. Anais do Circuito de Debates Acadêmicos: programa e resumos. – Brasília: Ipea, 2012.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais**. Mundo Agrário, v. 16, n. 33, pp. 132-159, 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Meu Nome é “Ajuda”: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Contexto e Educação**, ano 19, n. 71/72, p. 45-64, jan./dez. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZONIN, Valdecir José.; MARTINS, S. R. **Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da mesorregião da Grande Fronteira Mercosul**. In: CORRAZA, G.; RADIN, J. C. Fronteira Sul, ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016. p. 229-252.

5 CONCLUSÃO GERAL

Este estudo apresentou as características das mulheres rurais do município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná. Os arranjos familiares, nas unidades de produção, compõem principalmente pais e filhos. As famílias, estão buscando a diversidade das atividades para tornar a propriedade mais rentável e atrativa, para que os filhos permaneçam no campo.

Em 42,9% das situações a titularidade da propriedade é do marido, contudo, em 61,9% a mulher, está inserida na tomada de decisão. Sobre o processo produtivo da unidade familiar, em 90,5% a mulher está inserida em demais atividades realizadas na propriedade, as famílias estão buscando realizar as atividades conjuntamente.

Sobre a gestão da propriedade rural, visto que, a maioria das mulheres participa dos processos produtivos e de tomada de decisão da unidade de produção familiar, 57,1% das mulheres se sentem apta a administrar a propriedade, mesmo que sozinha.

As mulheres são filiadas em cooperativas e associações e, com menor expressão nos sindicatos, a participação das mulheres nos espaços sociais está ficando cada vez mais efetiva. Participando nos cursos, eventos, atividades promovidas e da diretoria administrativa das organizações, ainda, esta participação efetiva pode ser ampliada, pois algumas entrevistadas apontaram indisponibilidade de tempo e conteúdo desinteressante, como motivos de não participar.

Sobre o processo de sucessão da unidade produtiva familiar, este tema, necessita ser amplamente debatido, além de as famílias planejarem este momento, visto que em 76,2% das propriedades, ainda não há um sucessor. As mulheres, querem que os filhos continuem na atividade rural, no entanto, o diálogo, sobre o assunto, necessita ser ampliado.

Sobre os espaços sociais, as mulheres rurais participam e procuram preparar os filhos para o processo sucessório, buscando que a decisão seja dos filhos e por interesse na atividade.

No contexto estudado, evidencia-se que a mulher rural é protagonista na gestão e no processo produtivo da propriedade, reconhecendo-se cada vez mais como produtora rural, assim fortalece a agricultura familiar e busca o desenvolvimento rural sustentável. A mulher participa dos espaços sociais e que busca melhorar a condição da unidade produtiva, para que os filhos queiram permanecer na propriedade. Por

estar envolvida em todo este processo, caso necessário, a mulher administraria sozinha a propriedade rural.

As propriedades rurais necessitam de apoio, pesquisa e auxílio, também de reconhecimento e entendimento por parte do poder público, de que precisam de um olhar especial para suas especificidades.

Existem muitas novidades geradas para os agricultores familiares. No entanto, elas são geradas em contextos muito específicos, existem dificuldades e custos para serem difundidas. As políticas públicas devem ser voltadas para a implementação dessas novidades, visto que podem melhorar a produtividade ou um processo na propriedade.

Acredita-se na necessidade de encontros, congressos, reuniões, dentre outras atividades que visam proporcionar a troca de conhecimento e experiências, principalmente, entre as agricultoras, envolvendo os agentes rurais, universidades, órgãos de pesquisa e o governo. A intenção é que, nesses espaços, as novidades criadas sejam apresentadas e também para que pesquisadores tenham contato com as agricultoras, podendo conhecer melhor o seu público e elas possam apresentar as necessidades que possuem na propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAL

BAZOTTI, Angelita; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. População rural, agricultura familiar e transmissão do saber na região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, v. 2, n. 1, p. 80-94, jan./jun., 2012.

FAO. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/901168/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GUILHOTO, Lúcia de Fátima Martins. **O uso da internet como ferramenta para a oferta diferenciada de serviços a clientes corporativos: um estudo exploratório no setor de telecomunicações**. 2002. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-31012006-204249/en.php>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, [2021]. Disponível em: [sidra.<ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>](http://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017). Acesso em: 12 set. 2021.

IPARDES. **Caderno Estatístico junho de 2019**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2021. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85960&btOk=ok>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

KORDIAC, Valdomiro. **Sucessão familiar no meio rural na região norte do município de Prudentópolis/PR**. [S. l.: s. n.], 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine Francisco.; BOEHS, Carlos Gabriel Eggerts. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 95-110, jun. 2008. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/262/180>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MATTE, Alessandra et al. Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 15, p. 19-33, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317/739>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Ed. UFSC. Florianópolis. 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Questionário de pesquisa

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: O protagonismo da mulher na gestão e sucessão da agricultura familiar

a) Descrever e caracterizar as mulheres da agricultura familiar do meio rural de Marechal Cândido Rondon – Pr;

PERFIL ENTREVISTADA

1 - Nome da entrevistada: _____

2 - Idade: _____

3 – Endereço: _____

4 - Estado Civil:

Solteira () Casada () Viúva () Divorciada () Mora junto () União Estável ()

5 – Sempre morou em propriedade rural? () Sim () Não

5.1 - Se a resposta da pergunta 5 foi NÃO, há quanto tempo retornou? _____

5.2 – Se a resposta da pergunta 5 foi NÃO, qual foi o motivo da mudança? _____

6 – É aposentada? () Sim () Não

7 – Escolaridade:

()Pré escola/Creche ()1ª a 4ª Fundam. ()5ª a 9ª Fundam. ()Ensino Médio

()Supletivo ()Superior (Incompleto) ()Superior (Completo) ()Outro. Qual? _____

8 – Trabalha na propriedade? () Sim () Não

9 - Tem filhos? () Sim () Não

10 - Quantos filhos homens e quantas filhas mulheres? Homens: ___ Mulheres: _____

11 - Qual a idade dos filhos? Homens: _____ Mulheres: _____

12 - Quantos filhos homens e mulheres ESTÃO na propriedade?

Homens: _____ Mulheres: _____

13 – Quem mais mora na propriedade?

()Marido, ()Filho/enteado, ()Pai/Mãe, ()Sogra/sogra, ()Irmão/irmã, ()Avô/Avó,

()Sobrinho/sobrinha, ()Neto/neta, ()Genro/nora, ()Outros (escrever): _____

14 - Qual a sua descendência? Alemã(), Italiana(), Polonesa(), Outra() Qual?: _____

15 – Você tem CNH? Sim (), Não ()

16 - Distância da propriedade em relação à cidade?

Até 5 km(), até 10 km(), até 15 km(), acima de 20 km()

17 - Qual a condição de acesso à propriedade? Pedra Irregular(), Cascalho(), Estrada de Chão(), Solo Brita(), Asfalto(), Outro() Cite _____

18 - Qual o tamanho da Propriedade?

- () Entre 1 a 5 hectares. () Entre 6 a 10 hectares. () Entre 11 a 20 hectares.
 () Entre 21 a 30 hectares. () Entre 31 a 40 hectares. () Entre 41 a 50 hectares.
 () Entre 51 a 60 hectares. () Entre 61 a 72 hectares.

b) Diagnosticar as ações realizadas pelas mulheres nas propriedades rurais e a relação com a gestão da propriedade.

19 - Dados da Mão de obra (Quem Realiza a Atividade na Propriedade?)

A: Lavoura; B: Pecuária (corte); C: Pecuária (leite) D: Integrados (suíno) E: Integrados (frango) F: Integrados (peixes); G: Hortaliças; H: Beneficiamento (compotas/ conservas); I: Beneficiamento (Panificados); J: Beneficiamento (Embutidos); L: Beneficiamento (Derivados de Leite); M: Lar; N: Horta/quintal; O: Outros.	() eu, () meu marido, () Casal, () filhos, () Sogros/Pais, () contrata terceiros, () Outros. Qual? _____
--	--

20 - Com relação a responsabilidade de cada um na propriedade, você está?

- () Muito Satisfeita, () Satisfeita, () Nem satisfeita nem insatisfeita, () Insatisfeita, () Muito Insatisfeita

21 - Dados da comercialização e da composição da renda da propriedade

A: Lavoura; B: Pecuária (corte); C: Pecuária (leite) D: Integrados (suíno) E: Integrados (frango) F: Integrados (peixes); G: Hortaliças; H: Beneficiamento (compotas/ conservas); I: Beneficiamento (Panificados); J: Beneficiamento (Embutidos); L: Beneficiamento (Derivados de Leite); M: Lar; N: Horta/quintal; O: Outros.	I: Integral; P: Parcial; F: Finais de semana A: Autoconsumo; C: Comercialização;
--	---

22 - Quais as atividades que compõem as principais fontes de renda da propriedade?

Liste em ordem do maior para o menor, as três principais atividades de renda da Propriedade _____

23 - Quem administra o dinheiro da propriedade?

- () eu, () meu marido, () Casal, () Filhos, () Sogros/Pais, () Todos, () Outros. Qual?

24 - Com relação à administração do dinheiro da propriedade, como você está?

- () Muito Satisfeita, () Satisfeita, () Nem satisfeita nem insatisfeita, () Insatisfeita, () Muito Insatisfeita

25 - Você participa das decisões sobre os financiamentos da propriedade?

Sim (), Não ()

26 - Com relação às decisões sobre os financiamentos da propriedade, como você está?

() Muito Satisfeita, () Satisfeita, () Nem satisfeita nem insatisfeita, () Insatisfeita,

() Muito Insatisfeita

27 - Quem toma as decisões de plantio da terra?

() eu, () meu marido, () Casal, () Filhos, () Sogros/Pais, () Todos, () Outros. Qual?

28 - Com relação às instalações da Propriedade, como você está?

() Muito Satisfeita, () Satisfeita, () Nem satisfeita nem insatisfeita, () Insatisfeita,

() Muito Insatisfeita

29 - Com relação às Máquinas e Equipamentos da Propriedade, como você está?

() Muito Satisfeita, () Satisfeita, () Nem satisfeita nem insatisfeita, () Insatisfeita,

() Muito Insatisfeita

30 - Responsabilidades das atividades domésticas

() Eu, () Marido, () Filho/enteado, () Pai/Mãe, () Sogro/sogra, () Irmão/irmã,

() Avô/Avó,

() Sobrinho/sobrinha, () Neto/neta, () Genro/nora, () Outros (escrever): _____

31 - Principais Tomadas de decisão na propriedade. (Quem decide o que será feito?)

<p>A: Lavoura; B: Pecuária (corte); C: Pecuária (leite) D: Integrados (suíno) E: Integrados (frango) F: Integrados (peixes); G: Hortaliças; H: Beneficiamento (compotas/ conservas); I: Beneficiamento (Panificados); J: Beneficiamento (Embutidos); L: Beneficiamento (Derivados de Leite); M: Lar; N: Horta/quintal; O: Outros.</p>	<p>() eu, () Marido, () Filho/enteado, () Pai/Mãe, () Sogro/sogra, () Irmão/irmã, () Avô/Avó, () Sobrinho/sobrinha, () Neto/neta, () Genro/nora, () Outros (escrever): _____</p>
---	---

32 - Com relação a quem toma as decisões na propriedade, como você está?

() Muito Satisfeita, () Satisfeita, () Nem satisfeita nem insatisfeita, () Insatisfeita,

() Muito Insatisfeita

33 - Se hoje, você necessitar administrar sua propriedade sozinha, sente-se preparada? Sim(), Não()

- 33.1 - Poderia justificar a resposta da pergunta 35? _____

34 - Se você administrasse a propriedade sozinha, realizaria mudanças?

Sim(), Não()

- 34.1 - Se a resposta da questão 36 foi SIM, quais? _____

c) Descrever sobre a participação da mulher rural nos espaços de cooperativismo, associativismo e outras organizações

35 - Você é associada em alguma dessas Cooperativas?

() Sicredi, () Sicoob, () Cresol, () Copagril, () Frimesa, () Cercar, () Lar,
() C-Vale, () Coamo, () Copacol, () Copavel, () Uniprime, () Integrada,
() Primato, () Cooperlak, () Outra, qual? _____

36 – Você é associada a alguma Associação? () Sim () Não

36.1 -Se a resposta da questão 38 foi SIM, quais? _____

37 – Você é associada a algum Sindicato? () Sim () Não

37.1 - Se a resposta da questão 39 foi SIM, quais? _____

38 - Você faz parte de algum grupo de mulheres? () Sim () Não

38.1 - Se a resposta da questão 40 foi SIM, quais? _____

39 - Você participa das Assembleias? () Sim () Não

40 - Quem da família mais participa das assembleias?

()Eu, ()Marido, ()Filho/enteado, ()Pai/Mãe, ()Sogro/sogra, ()Irmão/irmã,
()Avô/Avó,

41 - Você participa ou participou de cursos de capacitação? () Sim () Não

41.1 - Se a resposta da questão 43 foi SIM, quais cursos? _____

41.2 - Sobre a questão 43, por que participar ou não participar dos cursos? _____

42 - Você participa de outras atividades organizadas por cooperativas/ associações/ sindicatos?

() Sim () Não

42.1 - Se a resposta da questão 44 foi SIM, quais atividades? _____

43 - Quais atividades de lazer que você realiza? _____

44 - Quem atende a assistência técnica na propriedade?

()Eu, ()Marido, ()Filho/enteado, ()Pai/Mãe, ()Sogro/sogra, ()Irmão/irmã,
()Avô/Avó,

d) Entender o papel da mulher no processo de sucessão familiar dos filhos;

45 - Você foi incentivada a permanecer na propriedade?

() Sim, fui incentivada,

() Não fui incentivada

46 - Hoje, você tem vontade de deixar o campo e ir viver na cidade? () Sim () Não

47 - Deseja que seus filhos sigam a profissão de agricultores? () Sim () Não

48 - Você fala com seus filhos sobre a continuidade da propriedade?

() Sim () Não

49 - Com relação ao futuro, você incentiva seus filhos a permanecer na propriedade?

() Sim () Não

50 - Seus filhos demonstram interesse em permanecer na propriedade?

() Sim () Não

51 - Você considera importante seus filhos participarem das decisões da propriedade?

() Muito importante, () Importante, () nem muito nem pouco, () pouco importante,

() nada importante

52 - Existe perspectiva de um sucessor para assumir sua propriedade?

() Sim, já foi definido.

() Ainda não sei quem ficará, mas alguém assumirá.

() Não sei se alguém assumirá.

() Ninguém ficará e não sei o que faremos com a propriedade.

() A propriedade será vendida.

() A propriedade será arrendada.

() Não há sucessores, apenas herdeiros.

() Outro, qual? _____

53 - Como a família está se preparando para o processo sucessório?

() Incentivo escolar e acadêmico. () Trabalho conjunto com os mais jovens para troca

de experiência. () Não realiza nenhuma atividade voltada a sucessão. () Outro, qual?

54 - Qual o melhor momento para que aconteça a sucessão?

() Quando os titulares não tiverem mais condições de conduzir a propriedade.

() Quando o sucessor demonstrar interesse e capacidade de conduzir a propriedade.

() A qualquer momento sendo que haja concordância entre as partes.

() Pretende ficar com ela até o fim da vida.

() Não pensaram nisso ainda.

() Outra. Cite _____

55 - Gostaria de fazer algum comentário sobre a agricultura ou o trabalho rural. Espaço disponível para isso. _____

ANEXO A – LEIS, DECRETOS, ESTATUTOS, NORMAS, ETC....

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 dispõe sobre Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.